

LUCIENE GODOY LIMA

O PROCESSO DE SEPARAÇÃO DO DESMAME AO ÉDIPO

Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Psicologia

Clínica: Teoria Psicanalítica

Orientador: Prof. Dr. Mauro Pergaminik Meiches

COGEAE – PUC/ SP

2003

Resumo

O presente trabalho trata da relação mãe-bebê, com enfoque no desamparo e nas separações pelas quais a criança deve passar, começando pelo complexo do desmame, seguindo ao da intrusão e, finalmente, o Édipo. Procuramos também pesquisar respostas a estas vivências de separação da perspectiva de nossa e de duas outras culturas, a Netsilik e a Mundugumor.

Abstract

The present work deals with the relation mother-child, focusing on helplessness and the separations that the child has to go through, beginning with the severance complex, following the intrusion complex and finally the complex of Oedipus. We searched for answers given to these experiences of separation from the perspective of our culture as well as of two others: the Netsilik and the Mundugumor.

Palavras-chaves

Mães e filhos – desamparo – separação – complexo de Édipo

Agradecimentos:

A Mauro Meiches, irretocável em sua função de orientador, pela receptividade humana e calorosa à minha pessoa e às minhas idéias, o que me permitiu ousadias maiores e vôos mais altos.

Ao Eli, cujo desejo e comprometimento com a psicanálise criou a possibilidade deste encontro e à Iranildes que ajuda em tudo.

“Não estamos apenas preocupados com a doença ou com distúrbios psiquiátricos; estamos preocupados com a riqueza da personalidade, com a força do caráter e com a capacidade de ser feliz, bem como com a capacidade de revolucionar e rebelar-se.”
Winnicott 1987

ÍNDICE

1. .Introdução	1
2. .A Cultura	3
2.1. A Família.....	9
2.2. A Mãe	14
3.. Os Complexos.....	19
3.1. O Complexo do Desmame.....	21
3.2. O Complexo da Intrusão	27
3.3. O Complexo de Édipo.....	39
4. A Separação na Cultura	49
4.1. A Separação nas Culturas Netsilik e Mundugumor.....	51
4 2. A Separação em nossa Cultura em duas Perspectivas	59
Um filho que fica – David	59
Um filho que sai – Érico Veríssimo.....	65
5. Considerações Finais	72
6. Bibliografia.....	78

1. Introdução

Este trabalho nasce da vontade de saber mais sobre o processo no qual um ser humano se constitui e que implicações tem este modo de constituição em suas relações adultas. Questionamo-nos a respeito da influência que têm os cuidados maternos no futuro modo de ser e de viver do adulto. O que produzirão todas as vivências de dependência e separação do pequeno humano e que ressonâncias terão no adulto em que se tornará? Em que implicariam essas relações dos primeiros anos de vida na maneira na qual o sujeito se vê, se sente e convive com o outros? Como foram estruturadas as bases de sua vida intrapsíquica e interpessoal? Que influências teriam em seu comportamento, seus sentimentos, suas escolhas, enfim, no seu modo de se haver com o “nonsense” da vida?

Porém, é preciso marcar que o escopo do presente trabalho prioriza a primeira parte da pesquisa, que enfatiza as relações infantis. Num segundo momento, pretendemos estender os estudos, trabalhando mais as conexões dessas relações infantis com o comportamento do adulto.

Com este propósito, conduzimos a pesquisa começando pela cultura, aqui colocada como a criação humana que oferece o amparo ao recém-nascido através da mãe e da família, e que o conduz pelos caminhos de propiciar-lhe condições para integrar-se a ela. Para Lacan, este caminho se faz pela passagem por três complexos, o do desmame, o da intrusão e o de Édipo.

Estes três complexos recobririam um período de experiências que conduziriam a criança por um percurso que se inicia com o nascimento, a perda da vida simbiótica, passando pela experiência da intrusão da imagem do outro em seu mundo indiferenciado, até atingir o complexo de Édipo, que implicará na vivência de mais uma separação, a separação do outro narcísico, fundando uma realidade fora do par. Perdas sucessivas pelas quais a criança

deverá passar para que possa se estruturar como humana e participante de um grupo.

Introduzimos no trabalho dois pequenos estudos antropológicos de duas culturas – a Netsilik e a Mundugumor – nas quais o acolhimento do recém-nascido e a condução na forma de maternagem, de cuidados com o bebê, se diferenciam substancialmente da nossa, oferecendo-nos uma possibilidade de comparar as diferenças e analisar seus efeitos, mesmo que de forma incipiente e parcial, pois este trabalho não se propõe ir mais longe neste objetivo.

Duas obras de arte foram tomadas: um livro, *Solo de Clarineta* e um filme, *Inteligência Artificial*, para oferecer uma ilustração de separações dentro de nossa própria cultura com desfechos diferentes.

Tomamos Freud, como não poderia deixar de ser, como referencial teórico de base do trabalho. Lacan foi também largamente utilizado, pois conceitua os três complexos, linha condutora de todo o trabalho, bem como sua extensa elaboração da fase do espelho. Destacamos também a colaboração das teorias winnicottianas, principalmente no que concerne às relações mãe-bebê em seus aspectos mais precoces que, a nosso ver, acrescentam e ampliam nossa compreensão.

Não podemos deixar de mencionar que, ao colocarmos Lacan e Winnicott em nosso trabalho, o fazemos com a consciência de seus encontros e desencontros, que foram muito bem trabalhados por Perla Klautau (2002), sem a qual não nos teria sido possível certos avanços e certas ousadias. Da mesma forma, os demais comentadores que escolhemos confirmam, ampliam e enriquecem os textos-base.

Foi com surpresa que, somente ao fim do trabalho, pudemos verificar que, ao falarmos de desamparo e da extrema dependência do bebê, bem como das formas de amparo exigidas por tal situação, estávamos, na verdade, o tempo todo, falando de separação. Pois é disto que se trata, de como a criança vai se separando através dos três complexos, que nada mais são do que uma resposta ao que o meio impõe, a necessidade de ir

gradualmente adquirindo uma autonomia para vir a existir como mais um membro da cultura. Só aí veio o título, colocando em evidência o fato da separação em todo o processo, relação que não conseguíamos vislumbrar desta forma no início da pesquisa,

2. A C u l t u r a

Em *O Mal-Estar na Civilização* (1930), Freud apresenta o que chama de suas conjecturas sobre a origem e desenvolvimento da civilização. Segundo ele, o fato do homem primevo ter descoberto que pelo trabalho poderia melhorar sua “sorte na Terra”, levou-o à percepção de que um companheiro de trabalho lhe seria útil.

O aparecimento da família, não nos moldes que se dá hoje, mas como uma horda primitiva, que seria um acontecimento de suma importância, teria se dado em um tempo anterior, quando em sua pré-história simiesca o homem tivesse sentido a necessidade de satisfação genital de forma mais permanente e não sujeita ao cio. Desse modo, o macho teria um motivo para conservar consigo a fêmea como seu objeto sexual e esta, para ter proteção para si e para seus rebentos, teria também suas razões para permanecer junto ao macho. Dessa família, sim, teriam surgido os primeiros companheiros de trabalho, auxiliares como diz Freud.

Essa horda primitiva era chefiada por um pai tirânico cuja vontade imperava sobre os demais, tinha sobre eles o total controle e também plena proteção. Em *Totem e Tabu* (1912-1913), Freud vai descrever como essa horda primitiva, na qual um só macho goza de todas as fêmeas, vai se encaminhar para uma vida comunal, uma cultura totêmica, através do assassinato do pai onipotente e odiado pelos filhos que se juntaram para tal fim.

Desta forma, a vida comunitária dos seres humanos teve como fundamento uma reação contra a coerção para o trabalho – escravidão, eu diria

– e o apego (amor) dos homens que não quiseram renunciar às mulheres e das mulheres que não quiseram perder seus filhos. Por isso, Freud afirma que o Amor e a Necessidade são os pais da civilização humana e que: “o primeiro resultado da civilização foi que mesmo um número bastante grande de pessoas podia agora viver reunido numa comunidade” (1912, p. 121).

Porém, não nos esqueçamos que por detrás do amor e da necessidade tem o assassinato do pai. Assassinato que, pela culpa e medo que gerou nos irmãos assassinos, permitiu o advento das restrições às quais todos tiveram que se submeter, dando início à “lei” que presidia a todos e ao redor da qual a comunidade, a civilização incipiente se organizou.

O assassinato institui a figura do pai em uma dupla vertente: a do pai morto, o representante dos ideais e das leis, figura recordada e evocada como representante de um lugar impossível de se ocupar, e que por conferir valores semelhantes aos membros do grupo pode lhes dar a coesão necessária para conseguirem viver juntos, renunciando aos excessos pulsionais gozados pelo pai tirânico. A outra vertente é a do pai assassinado em sua presença não morta, mas viva, trazendo ameaça e inveja. Seria uma presença viva, como fantasma, do lugar do despótico, o que vive sem lei, com direito a tudo, não submetido a nenhuma restrição e, por isso, inimigo da civilização.

O que se segue ao assassinato do pai todo-poderoso é a sociedade de irmãos fundamentada na interdição de ocupar o lugar do pai onipotente. Esse acordo, porém, está sempre ameaçado pela inveja, competição e hostilidade daqueles cujo desejo ainda se dirige ao lugar da onipotência, colocando sempre em risco a coesão do grupo em torno exatamente desta renúncia. Esse pacto civilizatório requer sempre um trabalho de restauração e cuidado para evitar que se reinstale o caos anterior, o retorno à opção despótica.

Seguindo a lógica da qual Freud se utiliza para explicar o início da civilização, para trabalhar, o ser humano teria que se comunicar com seus companheiros. Pode-se perfeitamente supor que essa comunicação fosse se aprimorando, fazendo com que os membros da horda primitiva se

aproximassem cada vez mais uns dos outros, o que possibilitou um entendimento para perpetrar o assassinato do pai tirânico. No entanto, só depois desse ato e do pacto que ele gerou é que, segundo Freud, poderíamos falar em civilização, uma vez que o pai morto virou símbolo, marca maior da cultura.

Lacan, em *Os Complexos Familiares* (1938), vai se expressar a esse respeito dizendo que a espécie humana caracteriza-se por uma capacidade excepcional de comunicação e é decorrente desta capacidade que a cultura foi possível, uma vez que ela é composta de comportamentos adaptativos cuja conservação e progresso dependem de serem passados de geração em geração, caso contrário seria sempre um recomeço infinito do zero. Portanto, a cultura cria e transmite saber, introduzindo, desta forma, uma nova dimensão na realidade social e na vida psíquica.

Quero aqui introduzir a idéia da importância da existência da cultura para a sobrevivência do pequeno humano, do bebê que vem ao mundo biologicamente, um corpo material, e que tem à sua espera toda uma rede que o acolherá e dele tomará conta, tornando sua existência – física e simbólica – possível. Cada novo ser que vem ao mundo vem já com uma herança filogenética, com as aquisições humanas ao longo dos tempos transmitidas geneticamente aos novos representantes da espécie e a possibilidade de construir uma herança ontogenética, pois ela seria fruto de sua vivência particular com o outro.

Também René Spitz, famoso médico que conduziu pesquisas com bebês, em seu livro clássico *O Primeiro Ano de Vida do Bebê* (1965), vai falar da total dependência do bebê em relação ao ambiente, às relações sociais, incluindo aí a relação mãe-filho. Vai dizer que o primeiro ano de vida do bebê é dedicado ao esforço de sobrevivência e adaptação, encontrando-se aí num estado indefeso e incapaz de sobreviver por meio de seus próprios recursos, no que é, então, suprido pela mãe, que com seu cuidado o apoiará e proporcionará condições para a construção de uma independência do ambiente. Em suas próprias palavras: “...o crescimento e o desenvolvimento do

setor psicológico são essencialmente dependentes do estabelecimento e progressivo desdobramento das relações objetais, cada vez mais significativas, isto é, das relações sociais” (Ibid., p. 4). Spitz enfatiza a dependência do bebê quanto às relações sociais e, é interessante notar, mais adiante dirá que na relação mãe-filho tem-se a oportunidade de observar o início e a evolução das relações sociais. Com isso, poderíamos dizer que a relação da mãe com o seu filho é a primeira relação social do pequeno humano, das muitas que se seguirão no curso de sua vida. Ou seja, a relação mãe-bebê é já colocada na categoria de relações sociais.

Podemos, ao pensar o ser humano como produto da cultura, vê-lo para fora de sua primeira condição natural, sabendo que desde então, nunca mais será um corpo biológico, mas um corpo erógeno, perpassado pelas suas relações com o outro e suas significações. O que só se torna possível através das relações sociais que, como dissemos, começa com a mãe, passando pela família e indo rumo à sociedade maior.

Para corroborar essa afirmação, tomamos Marie-Hélène Brousse, em sua tese de doutorado, *La Relation Mère-enfant*, (1991), que afirma que no homem os fenômenos psíquicos se relacionam a uma função social. Que, nele, o que é natural é o social, ou seja, a natureza do homem é sua relação com o homem. O que vem a compensar a fragilidade do ser humano quando nasce, o que lhe permite sobreviver, é todo o cuidado propiciado pelo meio social. Em outras palavras, o ser humano está numa dependência vital em relação ao grupo.

No que, em psicanálise correntemente chamamos de Complexo de Édipo trata-se exatamente disso: de como um indivíduo que nasce como “um pedaço de carne” vai se inserir nesse grupo, vai ter um nome e um determinado lugar, dado pelo Outro da ordem simbólica que o antecede em seu nascimento. Portanto, do homem pode-se dizer que ao ser ele “desnaturado”, arrancado do estado de natureza pela sua inserção na cultura, torna-se um animal político, um animal afetivo, um animal que fala.

É dessa enorme influência subversiva que a civilização tem sobre o homem que Éric Laurent fala nesse extrato de seu livro *As Paixões do Ser* (2000), afirmando que “Lacan estabeleceu que a transformação do homem, feita pela ciência, a transformação profunda de todo o modo como o homem organiza a civilização, pela ciência, tem efeitos sobre o modo como ele organiza seu corpo, para suportar aquilo que a civilização científica lhe pede. Esta espécie de dominação da civilização sobre o corpo produz fenômenos sintomáticos no entrecruzamento dos fundamentos biológicos do vivo com o parasita da lógica languageira.”

Esse conceito de que, no ser humano, a natureza é substituída pela cultura é também sustentado por Jacques-Alain Miller e é, em seu livro, *Lacan Elucidado* (1997), representado pela barra metafórica que é escrita da seguinte forma:

$$\frac{\text{Cultura}}{\text{Natureza}}$$

Inclusive o sexo, que seria de ordem natural, é substituído por exigências de ordem social. É do que se trata no que chamamos em psicanálise de sublimação, porque a pulsão sexual (*sexuel trieb*), que, naturalmente, tem o sexo por objetivo, vai se satisfazer com objetos da cultura, ou seja, “a sexualidade pode satisfazer-se com palavras, com o belo, com os valores mais altos da cultura”. A psicanálise, por exemplo, só é possível porque o gozo sexual pode satisfazer-se com o significante. (Ibid., p. 289)

Portanto, com o fracasso do automatismo instintivo pela entrada do outro instaurando a dimensão do desejo, da libido e da palavra, fato que provoca o aparecimento da subjetividade, o ser humano passa a habitar ao mesmo tempo duas dimensões: a ordem biológica – ordem do predeterminado - e a ordem erógena que surge do encontro com o outro e com todas as marcas produzidas por esse encontro com o desejo, os sentidos e os significantes do outro. (Winter, 1997)

É devido a essa inserção na cultura que a cada função da natureza o homem dá um significado cultural. Tomemos como exemplo o fato do

nascimento que é, em si, um fato biológico. Para esse ser da cultura que o homem se tornou, a produção de um ser humano tem que ser metaforizada cultural e socialmente. Aquele que nasceu deve ter uma identidade, símbolos próprios. Da mesma forma o sexo, que, não mais sendo natural, coloca para o ser humano um dos maiores problemas de sua existência que seria a própria metaforização do sexo. Cabe a cada sujeito significar o que é sexo, uma vez que, como bem sabemos, alguém pode ter um sexo biológico e um psíquico que não se correspondem. Tudo isso é apreendido nas vivências sociais, principalmente num grupo de importância fundamental na estruturação do sujeito que é a família. (Miller, 1997)

Ao nos referirmos à família como um grupo fundamental na estruturação do sujeito, queremos tomar como referência a família burguesa. É esse modelo de família, representando um modo de organização social, que é objeto de estudo de Freud. Da mesma forma, o sujeito que nela se estrutura é um sujeito historicamente localizado. Um sujeito que podemos chamar de freudiano, com um inconsciente levado em conta de forma nunca antes feita, que é o que nos permite a frase “sujeito freudiano”.

Reconhecida, pois, a importância estrutural da família na constituição do sujeito, continuemos no próximo capítulo a falar mais extensamente do que ela é, da sua importância e dinamismo.

2.1. A Família

A família burguesa, composta de forma mais nuclear de pai, mãe e filhos, desempenha um papel primordial na transmissão da cultura porque sua estrutura hierárquica permite que o adulto, agindo sobre a criança, a conduza a uma integração a essa cultura.

Das várias razões pelas quais a família tem vital importância e influência na condução do processo civilizatório da criança, destaca-se o seu papel na aquisição, pela criança, da língua materna na primeira educação. No desenvolver dessa experiência o grupo familiar vai, através de suas significações próprias, presidir os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, organizando com isso, também as emoções da criança e não somente o seu pensamento racional. (Lacan, 1984) Em outras palavras, a família estrutura não só a razão como também a emoção.

A importância determinante dessas primeiras relações da criança é também compartilhada por Marie-Hélène Brousse em sua tese, *La Relation Mère-enfant* (1991), onde afirma que a conduta do homem porta a marca de sua infância e do conjunto de relações psíquicas que dominaram os primeiros anos de sua vida. Nesse período, a família domina em grande parte o tipo, a quantidade e a qualidade de informações que serão apresentadas e vividas pela criança. O que terá, sem dúvida, seu peso na determinação do adulto no qual essa criança se tornará no futuro. Que terá uma importância maior ou menor, conforme circunstâncias mais ou menos favoráveis vividas na sequência das vivências puramente familiares, quando da entrada da criança no grupo maior da cultura. Tudo isso se soma para produzir no adulto o seu modo de ver o mundo e de nele se situar.

No seio familiar verifica-se um processo ao qual Freud dá o nome de identificação, que é para ele “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (Freud, 1921, p. 133). Sendo esse processo algo que

envolve mais de uma pessoa, pois é um laço, e que se dá num período remoto da constituição do pequeno humano, é compreensível que ocorra no ambiente familiar e que os pais sejam as figuras centrais de tal experiência.

Segundo o próprio Freud, na identificação a criança toma um outro como modelo, como ideal. Porém, isso não se dá sem a instauração concomitante da chamada *ambivalência*, ligação de amor e ódio, experimentada em relação ao objeto de identificação. Esta ambivalência se verifica através da manifestação de ternura e hostilidade em relação ao mesmo objeto, o que, sem dúvida é fonte de angústia e culpa por parte da criança, que é tomada por esse afeto sem poder entendê-lo nem dele dar conta.

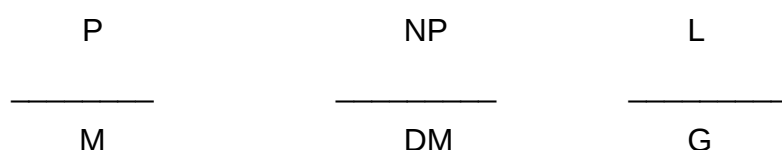
O filho, por exemplo, vai se identificar ao pai, querer ser o pai, para poder ter a mãe. A operação que se verifica seria dupla: por um lado, o filho se identificaria ao objeto (pai); por outro lado, escolheria mãe como objeto de amor. Escolher a mãe que a criança vai descobrindo não poder ter e odiar o pai, que, ainda por cima, também ama e teme, são processos conflitivos dos quais a criança não tem ainda construída condições para deles sair, senão pelo recalque e conseqüente neurose.

São processos como esse que nos permitem ter uma compreensão do porque da família se constituir como um lugar por excelência dos conflitos humanos. É onde são criados os primeiros e mais importantes laços de amor – e como vimos acima – amor que vem junto com o ódio, ambivalência (Meiches, 2000). Tudo isso acontecendo num momento em que a criança não possui ainda maturidade psíquica para lidar dialeticamente com os conflitos que vão surgindo.

Os pais servirão também para o filho como modelos dos papéis sociais, ou seja, do que é ser mulher e do que é ser homem. Também caberá ao par parental fornecer o primeiro modelo da relação sexual entre homem e mulher, não sendo possível, porém, eximir o filho da tarefa de ter ele mesmo que metaforizar o que vem a ser sexo e de superar a ligação de amor pelo genitor do sexo oposto para poder, numa idade adulta, conseguir ter acesso ao companheiro sexual de forma satisfatória.

O processo de deixar de ter a mãe como objeto de amor e se identificar ao pai, em Lacan, é expresso pela fórmula P/M onde o pai substitui a mãe. Na fórmula mais simples que se pode dar ao Édipo, que depois, é dita de uma outra forma, temos: NP/DM, o Nome-do-Pai substitui o Desejo da Mãe. (Miller, 1997)

Essa mesma passagem será chamada por Freud de complexo de Édipo. O mito edípico conta a história do que se passou entre pais e filhos no processo de separação do sujeito com objeto primordial (a mãe), “por quais traumatismos e sofrimentos este sujeito foi afetado e que significação tomou tal perda para ele” (Ibid, p. 297). Nas elaborações de Miller em *Lacan Elucidado*, ao término dessa experiência de separação, mais uma metáfora é criada: L/G onde o gozo (desejo da mãe) é substituído pela linguagem (o grande Outro). Ficando este processo sintetizado da seguinte forma:



A família é, portanto, um lugar social onde há interdição, onde há a proibição de se escolher o objeto de amor dentro de seus limites. É nela que deverá haver a construção de um espaço que permitirá ao filho encontrar o objeto sexual fora dela mesma. É nela que são construídas as condições da eleição do objeto sexual do adulto, que Freud chama “a condição de amor”.

Em seu texto “Romances Familiares” (1909), Freud expressará o processo doloroso que é para o indivíduo libertar-se da autoridade dos pais na medida em que cresce. Essa liberação dos próprios pais é condição do progresso da sociedade, uma vez que ele se dá pela oposição entre as gerações sucessivas se integrando de uma forma dialética.

A dificuldade em se ser bem sucedido nessa tarefa de se afastar gradualmente dos pais reside no fato de serem eles, nos primeiros anos de vida da criança, a única fonte de autoridade e conhecimento. Os pais são o

protótipo de toda a perfeição e força, pois, é claro, a criança precisa vê-los dessa forma a fim de se ver amparada, se sentindo como diríamos “o filho do rei” e, portanto, protegida por um poder ilimitado.

É só na medida em que cresce que ela vai percebendo os pais tais como são, comparando-os a outros pais, na medida em que seu círculo de relações vai se alargando e o mundo vai se enriquecendo com mais informações. A partir daí, a criança passa a ter uma atitude crítica em relação aos pais, podendo ver suas falhas, lamentar-se por não obter a quantidade de atenção e de amor que julga merecer.

É comum, então, que essa criança crie a fantasia de não ser um filho verdadeiro, mas de ter sido adotado pelos pais. Essa seria uma forma da criança lidar com o fato de não se sentir mais tudo para os pais e, ao mesmo tempo, vê-los em sua humanidade, em suas fragilidades e limitações. Sua resposta a isso é novamente negar a realidade indesejável. Isso acontece, segundo Freud (1909, p. 244) numa tentativa de “retificação da vida real... a imaginação da criança entrega-se à tarefa de libertar-se dos pais que desceram em sua estima, e de substituí-los por outros, em geral de uma posição social mais elevada.”

A esse processo Freud vai chamar de “romance familiar do neurótico”, o que poder-se-ia chamar de um mito criado pela criança para tentar dar conta da desilusão de não mais ver os pais como perfeitos e de seu gradual afastamento deles. Porém, a aparente infidelidade e ingratidão da criança escondem uma tentativa de enaltecimento dos pais verdadeiros, criando pais fictícios, porém portadores das qualidades que a criança supunha nos pais verdadeiros. Seria, portanto, uma tentativa saudosista de reaver os pais perfeitos do passado. Esse apego a uma supervalorização dos pais que continua na fantasia dos pais nobres e fortes, se explica pela necessidade da criança de continuar a ser cuidada e se sentir segura como nos “dias felizes que se foram.”

No entanto em “O Mal-Estar na Civilização” (1930), Freud fala, não de um filho que tem dificuldades em deixar a família, mas da família que tem

dificuldades em deixar o filho. Esse fato se apresentaria na forma de “um conflito entre a família e a comunidade maior a que o indivíduo pertence. Já percebemos que um dos principais esforços da civilização é reunir as pessoas em grandes unidades. Mas a família não abandona o indivíduo.” (Ibid, p. 123). Desta forma, o modo de vida familiar, único existente na infância, não se deixará sobrepujar facilmente pelo ingresso no círculo mais amplo da cultura. Para que esse ingresso seja facilitado, a cultura promove ritos de iniciação e passagem que auxiliam as crianças a transporem os limites familiares da vivência infantil.

Dentro da família, um elemento em especial vai interferir nessa passagem da criança dos domínios familiares para os domínios mais amplos da civilização como tal. Seguindo o mesmo texto de Freud, verificamos logo adiante que ele se refere às mulheres (mães) como representantes da família enquanto ao homem é dado o papel mais relevante no trabalho de civilização, sendo eles, por isso, levados a executarem sublimações maiores do que as mulheres. Essas permanecem mais ligadas às suas crias, representando uma influência “retardante e coibidora” nas palavras do próprio Freud, opondo-se, por essa razão, à civilização. Ou seja, uma dificuldade a mais para a criança no seu caminho rumo à vida adulta fora do grupo estritamente familiar.

Dissemos já que a prematuridade na qual a criança nasce a deixa na condição de precisar de cuidados externos extremos. Dissemos também que esses cuidados externos se materializam na cultura que recebe a criança e que, no modelo de sociedade no qual vivemos, é a família burguesa que desempenha tal papel, principalmente através da figura da mãe.

É, pois, da mãe, em seu cuidado e sua relação com o bebê que nasce, que trataremos a seguir.

2.2. A Mãe

A presença da mãe junto ao bebê desde o seu nascimento é algo tão radical, de uma necessidade tão absoluta que Winnicott vai dizer que “Não existe isso que chamam de bebê. O que quero dizer, naturalmente, é que sempre que vemos um bebê vemos também um cuidado materno, e sem o cuidado não haveria bebê.” (Winnicott, 1958, p. 40).

A mãe vai aparecer primeiramente para o bebê como o ambiente que o acolhe, sinônimo dos cuidados maternos. Seu desenvolvimento emocional parte desta condição chamada por Winnicott de estágio de dependência absoluta. Na medida em que o bebê vai se tornando cada vez mais capaz de viver sem a dependência direta desses cuidados, ele vai atingindo o estágio de dependência relativa, indo rumo à independência. (Klautau, 2002)

Esse primeiro estágio da existência do bebê – o de dependência absoluta – com suas especificidades é, a meu ver, muito apropriadamente definido pelo termo *díade*, criado pelo sociólogo George Simmel, e depois retomado por Spitz, para descrever a relação mãe-bebê em sua fase pré-verbal. No dicionário *Aurélio* o termo é definido como **um** par, **um** grupo de dois, (grifos meus). O grifo no “um” tem por objetivo enfatizar a unidade na qual se propõe ver a relação da mãe com o filho. É uma unidade composta de dois elementos. Pensamos, assim, em termos de algo que só se completa com a participação de dois e que não pode ser pensado a partir de só um de seus elementos. A *díade* não existe sem dois. A *díade* sequer pode existir sem um de seus dois elementos, por definição. Nessa fase, não se pode pensar o bebê sem a mãe e, obviamente, não há mãe sem bebê.

Leon Kreisler, em seu livro *A Nova Criança da Desordem Psicossomática* (1999), também desenvolve a mesma perspectiva. Ele vê a relação em termos de um conjunto que engloba dois elementos, dois pólos: por

um lado a mãe e, por outro, o bebê. Por isso mesmo vai dizer que os distúrbios funcionais do bebê, por exemplo, só podem ser compreendidos no âmbito dessa entidade, desse conjunto.

Pensando em termos dos dois pólos que constituem a díade, faz-se necessário marcar a especificidade desta relação, especificidade que se encontra na diferença entre as estruturas psíquicas dos dois componentes do conjunto, dos dois protagonistas da relação. Mais precisamente, as diferenças se dariam, em princípio, quanto ao meio social. Enquanto o da mãe é desenvolvido, povoado de múltiplas relações das quais ela já se beneficiou para chegar onde chegou, ajudada pela cultura, o do bebê é extremamente pobre, se constituindo de apenas um indivíduo, que, na verdade, nem é visto como uma entidade fora dele. Isso torna o bebê alguém em um estado de extrema necessidade do outro e, desta forma, receptivo à sua intervenção.

As duas partes dessa díade se influenciam mutuamente, porque, ao contrário do que poder-se-ia pensar, não é somente a mãe que exerce influência sobre o bebê, mas também este sobre a mãe. Por isso, a comunicação entre eles no estágio pré-verbal é de uma importância que não pode ser desconsiderada, uma vez que a formação das relações objetais se dá no estabelecimento desta comunicação. No entanto, é preciso levar em conta a heterogeneidade entre os dois componentes do sistema, heterogeneidade que pode se exprimir de diversas formas. Podemos dizer que um dos elementos da díade é somático (bebê) e o outro é psicológico (a mãe).

Quando se fala da importância da gênese da relação objetal, está se falando, nada mais nada menos, do fato do objeto estruturar o próprio sujeito. As interações comunicativas que vão gerar essa relação se darão em níveis integrativos, cada vez mais complexos. A informação que é transmitida através de um canal ou de uma cadeia tem como componentes uma fonte e um destino, um transmissor e um receptor, que se inter-relacionam em um movimento constante de codificação e decodificação em diversos níveis que vão se instalando progressivamente.

É importante marcar que o funcionamento que Spitz vai chamar de cenestésico - equilíbrio, tensões (musculares e outras), posturas, temperatura, vibrações, contatos, ritmo, andamento... – é o único percebido pela criança no nascimento. É, portanto o funcionamento que vai atingi-la e, por isso, adquire um valor fundamental.

Então, os sinais percebidos pela criança nos primeiros meses de vida pertencem à categoria de funcionamento cenestésico, enquanto no adulto essas sensações foram substituídas por sinais já simbolizados na categoria semântica que Spitz chama de funcionamento diacrítico, razão pela qual o adulto deixou de ter consciência desses fenômenos, tendo perdido a sensibilidade do que se passa nesses setores do seu corpo.

Porém, a mãe, ao se aproximar do parto vai sendo preparada com uma acuidade de percepção cenestésica que não teria usualmente e que a deixará apta a perceber sinais que a nós escapariam normalmente. A mãe reage à criança de forma inconsciente emitindo sinais que, percebidos pelo bebê, operarão nele uma modelagem imperceptível. Por isso, pode-se dizer que a criança, desde muito cedo, está em contato com o inconsciente de sua mãe, e percebe a qualidade do clima afetivo que lhe é dispensado por uma mãe satisfeita. Satisfeita em relação a suas sensações libidinais inconscientes, que lhe permitirão se entregar prazerosamente à maternidade, oferecendo, desta forma, “grande riqueza de estímulos e de informações ao seu bebê exatamente no domínio em que ele está apto a receber.” (Kreiser, 1999, p. 28).

O contrário se dará caso a mãe, por alguma razão, tenha reprimido ou inibido suas sensações e tenha se dirigido à criança com cuidados nos domínios conscientes: alimento, palavras. Serão contribuições não percebidas pela criança por não estarem no registro de sua capacidade de apreensão. Por isso, a inconsistência e incoerência dos sinais maternos criarão um valor desorganizador para a criança.

O que Kreiser (1999) vai chamar de “interação” são as permutas que se verificam entre mãe-bebê, não somente no sentido mãe para bebê mas, se ela consegue receber, informações enviadas do bebê para ela, a mãe. O

nível em que se processam, por parte do bebê, as emissões e recepções é o neurofisiológico que só mais tarde serão conscientes. Do lado da mãe são enviados sinais e informações tanto a nível consciente quanto inconsciente e, da mesma forma, ela recebe nesses dois níveis informações advindas da criança. Estas provocarão certas reações que comporão a maioria de seus atos como resposta ao que percebeu da criança. Esse fato torna a criança um “detector”, uma espécie de revelador, de sinal de alarme dos conflitos intrapsíquicos da mãe.

A interação contínua entre mãe-bebê vai num movimento temporal agindo sobre ambas as partes da díade. Em relação à criança, o seu amadurecimento neurofisiológico proporcionará novas integrações que lhe permitirão novas vivências em modelos mais complexos. Em relação à mãe, o seu psiquismo será constantemente exigido pelas novas experiências. Assim, a interação mãe-bebê vai num ritmo em que, por um lado, mudanças da ação materna provocam modificações no bebê e, por outro, um novo comportamento do bebê devido à sua maturação, provoca na mãe novas respostas. Nessa relação recíproca, quando um estado de equilíbrio é quebrado, logo volta a ser atingido pela troca de informações que funcionarão de forma dialética, que é definido como “homeostase na díade” (Ibid, p. 30)

Na teoria da homeostase, a díade, como sistema onde se trocam informações recíprocas e inter-atuantes, pode perder o seu estado de equilíbrio devido a alguma modificação verificada no pólo da mãe ou no da criança. Tal modificação que, por alguma razão, não foi comunicada satisfatoriamente, provocará um distúrbio funcional no bebê, que é originário da disfunção na díade, mais especificamente, no bloqueio da circulação de informações provocando erros no sistema de integração.

A criança, por possuir um psiquismo ainda embrionário, não tem sua estrutura definida nem a capacidade de integrar psicologicamente estados de tensão. Aqui se faz necessário a presença da mãe, que a ajudará a se organizar, evitando, assim, estados de sofrimento. Kreisler vai afirmar que: à mãe cabe “ser a depositária de funções ainda não adquiridas pela criança, quer

elas sejam psicológicas ou somáticas.”, e um pouco mais adiante, “... em condições ótimas, a mãe acalma as tensões interiores, permite à criança retornar àquele estado de quietude a que os psicanalistas deram o nome de narcisismo primário” (Ibid, p. 33).

Podemos, depois dessa digressão, reafirmarmos a prevalência da atitude subjetiva da mãe em comparação com a importância objetiva de certos cuidados dos quais a criança precisa. Freud em, “Três Ensaios Sobre a Teoria Sexual” (1905), destaca que o modo quase amoroso com que a mãe se ocupa do corpo de seu filho tem um papel importante na constituição de sua sexualidade futura. Então, é o próprio Freud que confirma a importância do estado psíquico da mãe ao cuidar do bebê, pois, a noção de cuidar de forma quase amorosa tem implicações subjetivas e não apenas mecânicas de cuidado físico. O que se vê é o cuidado físico sendo envelopado, envolvido por um cuidado de ordem afetiva.

Da mesma forma que Freud (1905) afirma a influência da mãe sobre a constituição da futura sexualidade do filho, Winnicott, citado por Kreisler (1999), vai, a esse mesmo respeito, se manifestar dizendo que “a criança pequena só se completa através da existência de sua mãe, e o modo de ser desta última é essencial para o futuro do filho” (Ibid, p. 35).

Se essa relação tão íntima, chegando às raízes do visceral, é a própria condição para que a criança sobreviva e se desenvolva, como seria o trauma de perdê-la? É disto que falaremos no próximo capítulo – passando antes pela conceitualização de “complexo” - que tratará do processo de desmame, ou seja, de como uma criança numa vida ainda simbiótica com a mãe vai, paulatinamente, dela sendo afastada, constituindo uma nova forma de existir, num novo nível, sem a dependência tão absoluta desse Outro primitivo, fonte de todo o recurso.

3. O s C o m p l e x o s

Complexos são conjuntos de reações a uma certa realidade do meio ambiente que se apresenta como um desafio ao qual a criança deverá aprender a responder para continuar seu desenvolvimento psíquico. São representações, em sua maior parte inconscientes, que organizam o psiquismo do sujeito com marcas afetivas que vão orientar para sempre suas ações.

Lacan, em seu livro *Os Complexos Familiares (1938)*, ao discorrer sobre o conjunto de respostas da criança às mudanças no meio ambiente que vão afeta-la, apresenta três complexos: o complexo de desmame, o complexo da intrusão e o de Édipo. No complexo de desmame se dará a separação do bebê da mãe em sua relação parasitária, onde – pela indiferenciação - os dois são um e a dependência absoluta.

No Complexo da Intrusão há a entrada de um outro especular. É também o que marca que o mundo possui outros objetos, permitindo, desta forma, que se dê início à constituição subjetiva da criança, confrontada com o aparecimento de um outro, que embora ainda não exista como alteridade, se apresenta como um intruso que faz da criança um objeto a mais no mundo e não o único, o falo da mãe.

O terceiro complexo, o de Édipo, vai, como os dois primeiros, se constituir em mais uma separação. Nesse caso, a separação incidirá sobre a criança em relação ao meio familiar que a amparou, principalmente pai e mãe. Esse processo se dará mais no nível da entrada da criança na cultura, como um novo elemento dela, e que, para esse fim, deverá renunciar aos laços puramente familiares se tornando parte de um conjunto maior da civilização.

Como vimos, os complexos são dominados pelas relações sociais e nos fazem constatar que o essencial da infância se apresenta como cultural. A infância não é somente um processo de crescimento e maturação biológica

mas, predominantemente, o resultado das influências informativas de certas relações sociais.

Vemos, assim, os complexos como momentos-chave do desenvolvimento psíquico da criança, que organizam definitivamente a realidade do sujeito.

A seguir, discorreremos mais detidamente sobre cada um deles em sua ordem de ocorrência.

3.1. O Complexo do Desmame

Winnicott diz ser possível que as ocorrências do parto fiquem registradas em nossas mentes pela grande mudança que significa a saída de um meio líquido para um seco, um mundo de temperatura fixa para outro de temperatura variável, da respiração e alimentação diretas da mãe para um esforço para executar essas duas funções.

À mesma passagem da vida intra-uterina para o meio ambiente, Lacan (1938) denomina de complexo de desmame. É o que representa no psiquismo a interrupção da relação biológica da alimentação sob a forma parasitária que ocorre na relação mãe-criança. Trata-se de uma crise vital que se desdobra em crise psíquica e cuja solução é a primeira no ser humano a ter uma estrutura dialética, onde uma tensão vital se resolve em intenção mental. Por esta intenção elementar o desmame é aceito ou recusado, sempre numa ordem profundamente ambivalente. Segundo Lacan a atitude ambivalente “durante as crises que asseguram a continuidade do desenvolvimento, se resolverá em diferenciações psíquicas de um nível dialético cada vez mais elevado e de uma irreversibilidade crescente”. (Ibid., p. 24)

Da seguinte citação de Winnicott (1987) “o desenvolvimento infantil é uma história de dependência absoluta, que avança firmemente através de graus decrescentes de dependência, e vai, tateando, em direção à independência”, pensamos poder tomar a expressão “dependência absoluta” como se referindo ao mesmo período que Lacan chama de desmame, onde a criança vai sair de um estado de indiferenciação, para aos poucos se dar conta de uma separação e a ela reagir. É o próprio Lacan (1938., p. 25) quem diz: “... essas reações eletivas permitem conceber na criança um certo conhecimento muito precoce da presença que a função materna preenche, e o papel de traumatismo causal, que, em algumas neuroses e certos distúrbios do caráter, pode desempenhar uma substituição dessa presença”.

O bebê, ao nascer e no período subsequente, passa por processos psicológicos com implicações relevantes porque “na mente rudimentar do bebê ainda não foi estabelecida uma distinção entre ele e a mãe” (Winnicott, 1987, p. XI). Desse fato decorre uma total dependência da mãe, como aquela que lhe proverá recursos ambientais de que necessita para sobreviver, crescer e se desenvolver, aprendendo, assim, a interagir com o mundo de forma criativa e de desfrutar o que a cultura tem a oferecer. “Infelizmente, é uma grande verdade que, se uma criança não começar bem, então poderá não desfrutar do legado cultural e a beleza do mundo não passará de um colorido torturante, impossível de desfrutar. Assim, portanto, existem ‘os que têm’ e ‘os que não têm’, e isso nada tem a ver com finanças; tem a ver com aqueles que começaram muito bem suas vidas, e com aqueles que não tiveram a mesma sorte.” (Ibid., p. 20,21)

Spitz (1965, p. 35,36) se refere ao mundo do recém-nascido como um estágio pré-objetal ou não objetal, portanto um mundo onde não existe objeto nem relação de objeto. Neste estágio, o recém-nascido não experimenta o meio que o cerca como sendo separado dele mesmo. O seio da mãe que o alimenta e satisfaz suas necessidades é parte de si mesmo. Para Winnicott, este estado inicial de indiferenciação entre o bebê e os cuidados maternos determina a existência do bebê sob a forma de um conjunto ambiente-indivíduo, que receberá o nome de objeto subjetivo que, paradoxalmente, não pode ser percebido como tal, já que a diferenciação entre eu e não-eu, neste momento, não existe ainda. (Klatau, 2002, p. 17)

O aparelho perceptivo do recém-nascido é protegido do mundo exterior por uma barreira anti-estímulo. A criança é protegida da percepção dos estímulos ambientais durante as primeiras semanas e meses por esta barreira, a ponto de poder-se dizer que, nos primeiros dias de vida até alcançar mais ou menos um mês, o mundo exterior praticamente inexistente para a criança. Só no início do segundo mês de vida é que o bebê começa a perceber visualmente a aproximação do adulto; porém, a reação só se verifica na hora da alimentação,

quando o bebê está com fome, porque neste momento o estímulo externo coincide com a percepção interoceptiva da fome.

Segundo citação de Spitz (1965, p. 12), o sociólogo Georg Simmel (1908) foi o primeiro a chamar a atenção para a possibilidade de investigação sociológica do grupo mãe-filho, que ele próprio nomeou de *díade*. O que marca essa relação única na cultura humana é a assimetria entre os parceiros onde um tem estrutura psíquica desenvolvida e o outro se encontra completamente à mercê de seus cuidados. Para o recém-nascido, o ambiente todo se constitui de um único indivíduo, a mãe. Ninguém é percebido como uma entidade distinta dele mesmo. Levando-se em conta o pressuposto teórico colocado por Spitz (Ibid., p. 15), não há funcionamento psíquico em recém-nascidos e, portanto, “não há objeto em relações objetais no universo do recém-nascido”. É, no entanto, a partir desse estado de não-diferenciação psíquica que se forma o germe do desenvolvimento de relações sociais de ordem superior e mais complexas com a sociedade.

Nessa fase, a mãe tem um tipo de identificação extremamente sofisticada com o bebê, podendo, por essa razão, adaptar-se de forma visceral às necessidades iniciais de seu filho. Essa identificação traduz-se numa capacidade de saber o que o bebê está sentido em dado momento, porque nesse período ela não tem nenhum outro interesse; este fato permitirá atendê-lo de maneira suficientemente boa. Lembremo-nos que nesse momento ainda não existe um eu diferenciado mas uma unidade com a mãe. Nessa díade, a mãe vai atuar como um ego auxiliar, de tal forma que, como afirma a teoria winnicottiana: “o bebê teve um ego desde o primeiro instante” propiciado pela capacidade da mãe de se identificar com ele no que tange às suas necessidades básicas. Ele também afirma que as bases para a saúde mental do indivíduo é construída desde o início pela mãe e que coisas muito pequenas que se passam entre a mãe e a criança são muito significativas. Por exemplo, tal criança pode levar para a vida adulta algum grau da primitiva agonia de não ter sido atendida de forma suficiente, pois houve falhas do ambiente num tempo em que ela ainda não tinha suas defesas organizadas.

O primeiro cuidado que vai resultar em circunstâncias satisfatórias para a criança em termos psíquicos é o fato de ser segurada e manipulada de maneira “suficientemente boa”, o que lhe desenvolve a confiança em um mundo amigável e a torna capaz de atravessar bem todas as fases de seu desenvolvimento emocional. Por exemplo, quando mãe e bebê chegam num acordo quanto à situação de alimentação estão, nesse momento, sendo lançadas as bases para que a criança desenvolva a capacidade de relacionar-se com os objetos e com o mundo pois, mesmo sendo o bebê imaturo e completamente dependente, ele está tendo e armazenando experiências (Winnicott, 1987). É claro que o bebê vai crescendo e as vivências se complexificando. Aqui já não é mais desejável que a mãe esteja sempre lá onde a criança precisa, mas que gradualmente a frustrar, proporcionando-lhe, assim, a possibilidade de lidar com o fracasso. O que Winnicott vai chamar de “a mãe suficientemente boa” é a que efetua, no princípio, uma adaptação quase completa às necessidades do bebê e que vai diminuindo gradativamente na medida da “crescente capacidade deste em aquilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração.” (Winnicott, 1971, p. 25).

É na recusa do desmame, da separação que o complexo se funda, porquanto ele tende, desta forma, a restabelecer a imago da relação nutriente, tentando reaver a relação perdida. Esta imago é dada em seu conteúdo pelas sensações dos primeiros meses de vida, mas só tem forma na medida em que estas se organizam mentalmente.

Segundo Lacan (1938), certas sensações exteroceptivas se isolam esporadicamente em unidades de percepção que permitem reações muito precoces em relação à aproximação e partida das pessoas que cuidam da criança, ou seja, estas reações eletivas permitem conceber na criança um certo conhecimento muito precoce que a função materna preenche, sendo a substituição desta presença causadora de traumatismos e distúrbios psíquicos. Este conhecimento inteiramente comprometido com a satisfação das necessidades próprias aos primeiros meses de vida, mesmo que imerso na

ambivalência , propicia, quando da obtenção das satisfações exigidas, os sinais da maior plenitude com que possa ser preenchido o desejo humano.

No entanto, o tom penoso da vida orgânica nos primeiros seis meses de vida tem como causa uma insuficiente adaptação à ruptura das condições do ambiente e de nutrição que constituem o equilíbrio parasitário da vida intra-uterina. Lacan chama de desmame não somente a interrupção do modo de alimentação (ablactação), mas um desmame mais arcaico, mais penoso e de maior amplitude vital que é aquele que, no nascimento, separa a criança da matriz, separação prematura que ocasiona um mal-estar que nenhum cuidado materno poderá compensar.

Freud também fala desse mal-estar provocado pelo nascimento em termos de angústia. Numa nota de rodapé acrescida à segunda edição de *A Interpretação dos Sonhos* (1900, p. 428) ele afirma, “Além disso, o ato de nascer é a primeira experiência de ansiedade, sendo assim a fonte e o protótipo da sensação de ansiedade”. Em *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926 [1925], p. 156), ele volta ao tema afirmando que “No homem, o nascimento proporciona uma experiência prototípica desse tipo, e ficamos inclinados, portanto, a considerar os estados de ansiedade como uma reprodução do trauma do nascimento”. Novamente ao se referir a respeito de outras situações de perigo vistas como ameaçadoras, Freud (Ibid., p. 166) reafirma que as situações de perigo tem como protótipo “o ato do nascimento” e mais adiante que “cada período de vida do indivíduo tem seu determinante apropriado de ansiedade” e que, no caso, o “perigo de desamparo psíquico é apropriado ao perigo de vida quando o ego do indivíduo é imaturo”.

A passagem do estado de dependência absoluta para um estágio de dependência relativa se dá, segundo Winnicott, pela continuidade de experiências promovidas pela *mãe suficientemente* boa, que, por esse intermédio, pode exercer a função de apresentar os objetos ao bebê. Na medida em que essa continuidade vai sendo marcada por uma descontinuidade, criando um espaço entre mãe e bebê, o *espaço potencial* de Winnicott, a produção de objetos transicionais será possibilitada. Estes objetos

permitirão à criança suportar a falta materna, restabelecendo a continuidade ameaçada de ruptura, permitindo a passagem do primeiro estágio de dependência absoluta e indiferenciação para um outro, onde o objeto se introduz sob a forma ambígua de não ser nem interno e nem externo, mas uma transição de um para o outro. (Klatau, 2002, p. 29,30)

3.2. O Complexo da Intrusão

O Estádio do Espelho

Segundo definição de Chemama (1995), “A criança, pois, no momento pré-especular, vê-se como fragmentada; não faz nenhuma diferença entre, por exemplo, o seu corpo e o de sua mãe, entre ela e o mundo exterior; ora, a criança carregada pela mãe irá reconhecer sua imagem”. Ao fim dos seis primeiros meses de vida, sobre uma base de imaturidade do sistema nervoso que, justamente, dava o corpo como despedaçado, operam-se transformações bastante rápidas na estrutura nervosa, que tornam possível a apreensão da forma do semelhante enquanto unidade mental (Lacan, 1938). A criança consegue antecipar o domínio sobre sua unidade corporal através de uma identificação com a imagem do semelhante e da percepção de sua própria num espelho (Roudinesco, 1998)

Lacan vai chamar a esse momento de “Estádio do Espelho”. E isso porque a criança, quando colocada em frente ao espelho, manifesta uma mímica jubilatória pelo reconhecimento de uma imagem como sendo sua. Esse é um momento de tomada de consciência do próprio corpo, enquanto unidade estruturada. O reconhecimento da imagem como sua, no entanto, se dá em três momentos. No primeiro, o bebê reage à sua imagem do espelho como se se tratasse de um outro bebê. Depois de tentar procurar por essa outra criança atrás do espelho e não encontrá-la, passa ao segundo momento que é quando reconhece que o que está no espelho é uma imagem e não uma outra criança de verdade. Deste ponto, animais como o macaco, por exemplo, não mais prosseguem, desinteressando-se pela imagem que verificaram ser apenas imagem. O filhote do homem, ao contrário, vai além, atingindo um terceiro

momento, que é o reconhecimento da imagem no espelho como sendo sua própria imagem. (Steffen, 1988)

No entanto, para que o bebê atravessasse o segundo momento do espelho, chegando assim a reconhecer a imagem especular como sua, é necessário que o outro passe a integrar esse circuito, para que possa validar com a palavra o que a criança vê. Não basta que a criança se veja, é preciso que o outro estabeleça a ligação entre a imagem e a criança. Em outras palavras, é preciso que esse outro confirme a imagem vista pela criança, sem o que o outro do espelho continuaria a ser um estranho para sempre. Como acontece no caso do psicótico que, fixado a esta etapa, se torna impotente para reconhecer seu corpo próprio. (Ibid.)

Esse reconhecimento é o primeiro ato de simbolização do ser humano. Nesse processo, a criança começa a tomar-se por sua imagem, ela acredita ser aquilo que é apenas imagem. É uma identificação que a criança faz à sua própria imagem, inaugurando concomitantemente a possibilidade da oposição ao outro. É essa imagem especular que dará à criança a forma intuitiva de seu corpo e da relação do seu corpo com a realidade que o cerca. Segundo Chemama (1995), “a fase do espelho é a aventura original, por onde o homem faz, pela primeira vez, a experiência de que é homem.”

O próprio Lacan (1957-58, p. 233) assim define o estágio do espelho: “O estágio do espelho é o encontro do sujeito com aquilo que é propriamente uma realidade e, ao mesmo tempo não o é, ou seja, com uma imagem virtual, que desempenha um papel decisivo numa certa cristalização do sujeito à qual dou o nome de sua *Urbild*. Coloco isso em paralelo com a relação que se produz entre a criança e a mãe”.

O Narcisismo: Relação Especular

Na mitologia grega, Narciso é apresentado como alguém que sofre um tipo de loucura da qual nunca se havia ouvido falar. Ele se apaixona pela

sua própria imagem, fazendo dela o seu objeto de amor. Freud (1914, p. 90) vai falar de narcisismo não como uma forma de loucura ou perversão, mas como “...o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação, que, em certa medida, pode justificavelmente ser atribuído a toda criatura humana”. Ele se refere ao narcisismo como uma localização da libido que se encontraria afastada do mundo externo e dirigida para o ego.

É preciso ressaltar que, para Freud, “uma unidade comparável ao ego não pode existir desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido”. (Ibid., p. 93). O que tentamos aqui demonstrar é que o ego é constituído na fase do espelho “como um momento de tomada de consciência do próprio corpo, enquanto unidade estruturada. É na relação dual com um outro que o sujeito vai ter a possibilidade de construção de sua identidade” (Silva, 2002, p. 47).

É como ego ideal, que se acha possuído de toda a perfeição que essa criança vai se amar. Estamos falando de uma primeira identificação com a “valoração máxima”, com o falo. Segundo Lacan, no seminário *As Relações de Objeto*, citado por Hugo Bleichmar em seu livro clássico *Introdução ao Estudo das Perversões* (1984, p. 40): “Na experiência especular, o sujeito descobre uma totalidade em relação à qual lhe falta algo; na relação primordial com a mãe, ele faz a experiência do que falta a esta”. Bleichmar segue explicando que a descoordenação muscular da criança “faz com que sua imagem no espelho apareça como completa” (Ibid.). Temos, então, a fase do espelho marcada pela percepção de uma falta, de um distanciamento da mãe que tudo tem para a descoberta da mãe à qual falta algo e pela colocação da criança no lugar de perfeição, enquanto aquele que completa a mãe.

Mencionamos anteriormente como um dado importante que o ego se constitui na fase do espelho. É o próprio Freud (1914, p. 117) que afirma: “O desenvolvimento do ego consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do ego imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal” .

O Espelho é o Semelhante:

Por isso podemos dizer que o espelho propriamente humano é o outro (o semelhante). Dito nas palavras do próprio Freud (1895): “É em seus semelhantes que o ser humano aprende pela primeira vez a se reconhecer”. É, pois, na imagem especular do outro que o sujeito busca sua identidade, procurando a unidade de si mesmo. O mundo próprio desta fase é, pois, um mundo narcísico, no sentido de ser ele um reflexo especular, a imagem do duplo, a ilusão da imagem; dizendo de outro modo, este mundo ainda não contém o outro (Lachaud, 2001). Existe aí um paradoxo, pois, ao mesmo tempo que dizemos que a criança se reconhece na imagem especular do outro, dizemos que esse mesmo outro não existe no mundo da criança. De fato, apesar de existir a imagem do outro, ela é uma imagem narcísica, um reflexo da imagem da própria criança.

É através do olhar de reconhecimento da mãe que a criança constitui-se como alguém no mundo. Winnicott tematiza a dimensão especular como uma função do olhar da mãe na relação precoce com o bebê, onde “o olhar da mãe tem a dimensão de um espelho, quando pode refletir a imagem do bebê possibilitando-lhe, por intermédio deste olhar, que ele construa uma percepção de si próprio” (Silva, 2002, p. 47).

A imagem do semelhante desencadeia no sujeito emoções e posturas similares. Porém, apesar desta sugestão emocional ou motora, o sujeito não se distingue da própria imagem (Lacan, 1938). Observa-se, por exemplo, um comportamento imitativo, um transitivismo de uma criança em relação a outra de mesma idade, em que uma reproduz todos os gestos da outra, busca seduzi-la ou impor-se a ela. Chemama (1995) descreve esse comportamento como uma antecipação da coordenação motora, ainda imperfeita nessa idade e uma tentativa da criança de situar-se socialmente. Porém, essa relação, por ser imaginária e, portanto, dual, é a relação da

confusão entre o si e o outro, revelando a ambivalência e a agressividade estrutural do ser humano. Essa agressividade é determinada pela identificação que é feita com uma imagem fora de si. A criança se aliena fazendo dela mesma um “outro” que, paradoxalmente, ela é e não é, ou melhor dizendo: “Eu é outro”.

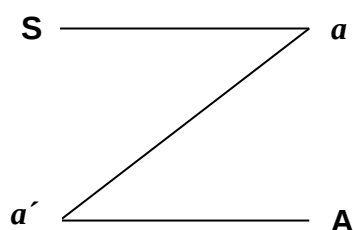
Na discordância, própria desta fase, a imagem é vista como uma invasão externa, uma intrusão narcísica, porém necessária porque contribuirá para a formação do eu. Essa formação do eu não se dá de forma pontual mas com o deslocamento da relação dual com a mãe perturbada pela entrada da imagem do outro. Por isso, podemos dizer que o eu vai se constituindo ao mesmo tempo que o outro, num movimento que vai do registro imaginário ao simbólico como demonstra Lacan em seu esquema R (Escritos, 1998). Surge, então, o drama do ciúme, ou seja, a percepção do outro como intruso. Assim, o sujeito que se encontra comprometido na situação de ciúme desemboca em duas alternativas: ou retorna à procura do objeto materno e destruição do outro intruso, ou reconhece o outro com o qual se engaja na luta ou no contrato, alternativa esta que é vivida no Édipo. (Lachaud, 2001)

Uma das questões centrais que Lacan se coloca no “estádio do espelho” é a da gênese do eu, de como a criança consegue forjar sua unidade, que ele elabora como sendo produzida em termos de identificação a imagens retiradas do outro. Ele define esta operação psíquica como aquela através da qual o ser humano se constitui numa identificação com seu semelhante, que, no entanto, não contém nenhuma alteridade. Melhor dizendo, existe o outro enquanto imagem narcísica, confundida com a criança, não o outro como alteridade, como sujeito de desejo em sua diferença. (Roudinesco, 1998)

O Esquema L de Lacan:

Lacan cria o esquema L para falar da experiência de como, no sujeito humano, o eu se constitui, ao mesmo tempo em que torna presente a

divisão entre o sujeito e o ego, uma divisão que é “intra-subjetiva antes de ser inter-subjetiva.” (Steffen, 1988). Nos *Escritos* (1998, p. 555) ele apresenta o esquema, afirmando que a estrutura psíquica do sujeito (neurose ou psicose) depende do que se desenrola no Outro A, como um discurso inconsciente. Indo, desta forma, além de uma relação meramente especular **a – a'** para uma relação com o outro desejante **A – a'**, cujo desejo permanece desconhecido uma vez que é de desejo inconsciente que estamos falando.



O eu é o que se constitui a partir da imagem que **a'** vê em **a**, que é o eixo imaginário. Porém, o circuito de constituição do eu só se completará quando, no segundo momento, a imagem vista pela criança for confirmada pelo outro – freqüentemente a mãe – que está na posição de **A**. Ao mesmo tempo em que, nesse processo, o sujeito se apreende enquanto eu, ele também apreende o outro. Essa apreensão do outro se dá em duas partes, uma que pode ser compreendida pelo sujeito (**a**, no eixo imaginário) e outra que lhe permanece opaca (**A**, no eixo simbólico). (Steffen, 1988)

Enquanto **a** é a imagem do outro que se dá a conhecer, **A** designa aquilo que do outro não se deixa apreender. É o sujeito desejante que se apresenta com uma falta a qual procura preencher, que fala de um desejo que a criança não pode apreender e que lhe permanece desconhecido. Esse **A** em se dirigindo a **a'** dizendo “Este é você.”, promove, sem dúvida, um reconhecimento. No entanto, a mãe, ao se apresentar enquanto sujeito desejante, gerará desde o lugar de **A**, a mensagem: “Este é você que não chega nunca a ser o objeto completo que aplacaria o meu desejo, em cuja falta permaneço desejando.”, ligando, desta forma, **A** a **S**. Essa mensagem materna, que carrega um discurso inconsciente, instaurará na criança a divisão subjetiva da qual todos os sujeitos são portadores, que implica um eu imaginário

conhecido e um sujeito do inconsciente (S) que se constituiu como resposta a um desejo desconhecido materno que, no entanto, nos determina para sempre (Steffen, 1988). Fato que é descrito por Lacan na sua conhecida frase: “O desejo do homem é o desejo do Outro”.

Na citação de Mario Pujó:

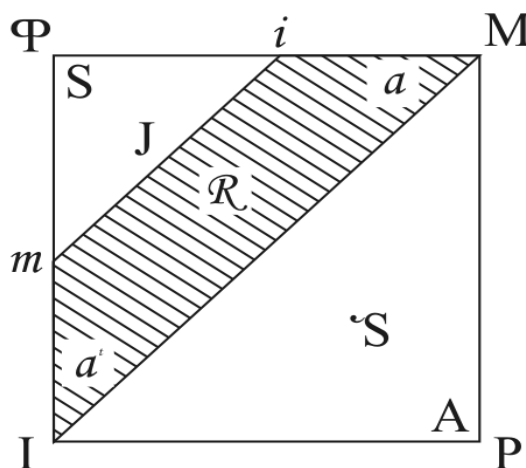
“A consideração do desejo humano como desejo do outro, responde à constatação dos efeitos alienantes que a imagem do semelhante induz no sujeito, no âmbito da conceitualização do estágio do espelho. Se o eu se constitui através de uma identificação não fusional com a imagem antecipada do outro, instituindo uma sorte de alteridade interior, a relação do sujeito no plano imaginário ficará afetada para sempre pela marca de uma certa instabilidade. No terreno da vinculação do eu para eu, a atração libidinal pode virar facilmente tensão agressiva, num jogo permanente de prestância e sedução.”

É através da relação **A – S** que a enunciação inconsciente da mensagem materna se transmite e dela dependerá a estruturação que a criança terá. Se a mãe, já desde esse momento originário da constituição da imagem, não recupera o falo do qual foi castrada identificando-o ao filho, então a castração já estará, desde esse momento, implantada na criança, salvando-a de se encontrar aprisionada para sempre no corpo materno. Caso tenha sido constituída como objeto fálico da mãe, se estruturará como psicótica.

O Esquema R de Lacan:

Prosseguindo em seu texto “De Uma Questão Preliminar a Todo Tratamento Possível da Psicose” (1957), Lacan fala da prematuração do nascimento no homem que determina o par imaginário (mãe-filho) do estágio do espelho que, com o seu terceiro termo, a imagem fálica, vai se constituir num triângulo imaginário (mãe-filho-falo). Este triângulo imaginário será usado por Lacan como base para um outro triângulo, o simbólico, como ele próprio

afirma “...sem essa hiância que o aliena em sua própria imagem, não poderia produzir-se essa simbiose com o simbólico”. Assim, com o que ele chama de “duplo ternário”, ele vai criar o esquema R (Ibid., p. 559), onde ampliará a idéia da constituição do sujeito pela identificação paterna do ideal do eu.



ESQUEMA R:

O eu ideal (*i*) é a imagem que a criança vê através do modo pelo qual é vista pela mãe, num jogo pulsional que se desenrola entre mãe e filho, ao qual Freud vai dar o nome de revivescência do próprio narcisismo primário da mãe. A mãe olha para o filho como o objeto um dia perdido e agora reencontrado. Nesse ponto poderíamos dizer que o vértice do falo imaginário (Φ) é o que liga a imagem do eu (*m*) à imagem que recebe do olhar da mãe (*i*). É necessário que, nesse momento, intervenha a função simbólica representada pelo vértice do pai (*P*) para que a complementação da constituição do eu se verifique, caso contrário, se se permanece nesse ponto em que o eu se reflete no objeto fálico materno, não haverá possibilidade de distinção entre o Eu e o outro, ou entre o Eu e o Ideal do Eu.

Temos, assim, dois triângulos. O primeiro: triângulo Imaginário, formado pelo eu (*m*), eu ideal (*i*) e pelo falo imaginário (Φ). O segundo: o triângulo Simbólico, formado, por sua vez, pela mãe (*M*), enquanto Outro

desejante, pelo ideal do eu (**I**), que é a transformação sofrida pelo eu ideal quando é atravessado pelo desejo do Outro veiculado pela palavra, que é o mesmo que, no Esquema L, é descrito como a relação de **A – S**; e, finalmente, pelo vértice do falo simbólico, que é o pai (**P**) representante da cultura, que traz em seu bojo o significante que vai separar a mãe do filho.

Na passagem de uma relação simplesmente imaginária (triângulo ϕ , **m** e **i**) para uma simbólica (triângulo **P**, **I** e **M**) a criança deixará de se ver como uma imagem completa com a mãe (eu ideal), para buscar atingir a não identidade entre o eu e o objeto materno, a identificação paterna do ideal do eu, cuja apreensão como a imagem que se tenta atingir demarca um distanciamento entre mãe e filho, já que a mãe perpassa o corpo do filho com seu desejo. Dessa forma, a mãe desejante, não permanecendo na situação de completude imaginária com o filho, situação da qual a criança não conseguiria sair, possibilita à criança a saída, por ter sido feita ela mesma, um ser incompleto e, portanto, desejante.

Lacan, ao articular, no Esquema R, os dois triângulos, cria entre eles o espaço da realidade, que é a tentativa, nessa articulação entre imaginário e simbólico, de apreensão do real – registro lacaniano do que é impossível de se representar, do resto que sempre sobra da simbolização. Consequentemente, o corpo, desde o momento em que é simbolizado através da imagem especular, se torna realidade (Steffen, 1988). Desta forma, podemos dizer que a formação do eu é concomitante à instituição da realidade.

Segundo Lacan, em seu texto “O Estádio do Espelho”: “A imagem especular é o limiar do mundo visível”. Ou seja, para que se possa partilhar a realidade com os demais, é necessário que o sujeito tenha se constituído como imagem e é esta imagem que será amada e tida como o si mesmo. Esse processo de amar a si mesmo só é possível porque o sujeito se torna psiquicamente dois: a mãe amorosa/protetora tem que ter sido transformada em uma pessoa psíquica, em um objeto interno que vai, intrapsiquicamente, amar o eu identificado à imagem de outrem. Nas palavras de Jacques André (1996): “O amor-próprio, é o herdeiro do amor ao outro”, e é o que vai permitir

ao sujeito o processo de separação-individuação satisfatório, livrando a criança das patologias da diferenciação evidenciadas em um estado de dependência que, na vida, se manifesta nas soluções ditas “aditivas”.

Função Fraterna: a Função do Semelhante

Encontramos já uma referência do impacto que causa na criança o fato de se reconhecer como tendo irmãos, na definição que Lacan (1938, p.30) faz do complexo da intrusão: “O complexo da intrusão representa a experiência que o sujeito primitivo realiza, na maioria das vezes quando vê um ou vários de seus semelhantes participar com ele na relação doméstica, melhor dizendo, quando ele se reconhece como tendo irmãos”. A forma na qual essa experiência se dará dependerá de múltiplos fatores tais como: tipo de cultura, contingências individuais de sua vida, como sua posição na seqüência de nascimentos e a idade na qual a criança se encontra quando passa pela experiência da intrusão, dentre outros.

Lacan fala do papel traumatizante do irmão pela sua intrusão na vida da criança e dá a este fato o nome de complexo fraterno (1938, p. 39). Para ele, o irmão vai funcionar como um duplo que vem ameaçar e desestabilizar a identidade imaginária da criança, sendo esta intrusão “estrangeira” fundamental para a formação do eu. Forçando sua entrada, o irmão introduz na organização narcísica infantil a confrontação, produzindo o rompimento da prisão especular onde a criança se via como objeto perfeito do desejo materno.

Maria Rita Kehl (2000, p. 44) vai empregar um termo semelhante, a função fraterna, para descrever a introdução da “semelhança na diferença introduzida pelo irmão em seu campo narcísico, que o força a uma reelaboração da relação especular com o eu ideal e constitui para o eu um objeto ao mesmo tempo de ciúme, de interesse, de ódio e de identificação”. Isto se caracterizaria como sendo a “participação do semelhante no processo de tornar-se sujeito, para os humanos”(Ibid., p. 31).

O irmão de que se fala é o semelhante, o pequeno outro com o qual o sujeito se depara em sua experiência com o mundo, não tendo que ser exatamente irmão de sangue. Este semelhante, ao desempenhar a função fraterna, terá seu papel fundamental na constituição do sujeito, uma vez que se manifestará à criança como um intruso, um rival com o qual disputará um espaço vital. Kehl cita Freud para falar também dos ciúmes fraternos pela disputa pelo amor da mãe e depois do pai, sem se esquecer do fato de que é também o irmão que, pela sua intrusão, será um precipitador da angústia de castração, podendo vir a ser objeto da descoberta da diferença sexual na infância (Ibid.).

Não é, pois, sem dificuldades que a criança aceita essa intervenção de um terceiro entre ela e a mãe da completude. O estado de infância é um verdadeiro percurso de combatente. Após o momento difícil do desmame, toda criança vai viver a intrusão, momento em que ela vai entender que existe um outro, em que o sujeito se reconhece em relação aos semelhantes. O sujeito é chamado primitivo na medida em que seu aparelho psíquico está se elaborando, sendo ele prematuro e completamente dependente do adulto. É neste momento que intervém o ciúme, o sentimento de intrusão do outro. O ciúme está relacionado à perda originária. A visão de outro bebê nos braços da mãe provoca uma ferida narcísica que vai se inscrever no psiquismo da criança. (Lachaud, 2001)

Nessa idade precoce, cada parceiro confunde seu espaço com o do outro e identifica-se com ele. Para a criança, todo outro está a mais, pois ela procura permanecer única no mundo para a mãe. Não pode haver outros, pois o eu que se forma a partir da imagem do outro só busca uma coisa: destruir tudo o que não é ele mesmo. O intruso é alguém que é suscetível de lhe tomar o seio. A agressividade se ergue contra a invasão do outro ao mesmo tempo em que depende dele para se constituir, num conflito de identidade, pois, o eu ocupa sempre um lugar e seu oposto.

Ter ciúme é dizer não à falta, é a reivindicação de ser completo com a mãe. Ele corresponde a uma tentativa de desconhecimento da falta

fundamental, a uma defesa contra esta falta. O ciumento quer tudo, quer manter a ilusão de ser um com o Outro materno do qual foi cortado, quer negar o significante da falta no Outro. A mãe é completa e ele o falo que a completa. (Ibid.).

Lacan enfatiza o papel do ciúme fraterno na criação do sentimento de sociabilidade. Ao contrário de Freud, ele não acredita que os ciúmes se dêem na rivalidade pelo amor dos pais, mas por uma identificação ao outro, o rival, com o qual confunde sua imagem narcísica. Desta forma a criança mantém com a outra uma relação que já se apresenta com os germes do vínculo social, comparando-se, buscando seduzi-la, impor-se ou dominá-la, o que, de fato, exige um nível de reconhecimento de uma outra presença, mesmo que seja uma imagem que em princípio é a sua mas que, pela não correspondência, vai frustrando e se mostrando como um outro, abrindo a possibilidade da saída da prisão narcísica onde só existe um.

A partir do momento em que é possível ao sujeito reconhecer o outro, seu fantasma de todo-poder será governado por um imaginário controlado. Seu vínculo com o outro pode passar para além de pertencimento ou de exclusão, pelo fato de ter encontrado sua identidade, sua singularidade. Ele não está mais entregue ao seu narcisismo, não faz mais confusão entre as imagens, não é mais seu próprio refém. (Ibid.). Ao transpor a linha de ver o outro como um duplo persecutório, tendo conseguido se apropriar do nome herdado do pai, com novas identificações em substituição às relacionadas ao eu ideal, torna-se possível a relação com o outro em sua semelhança e em sua diferença.

3.3. O Complexo de Édipo

O Mito.

Freud recorre ao mito de Sófocles, Édipo Rei, para falar de um fenômeno estrutural que ocorre no psiquismo da criança por volta dos quatro anos de idade, e que implica em uma separação que deverá ser efetivada entre a criança e sua mãe.

Em “Édipo Rei”, um oráculo predisse a Laio, rei de Tebas e a sua esposa Jocasta que, um dia, seu filho mataria o próprio pai e se casaria com a própria mãe. O casal, diante de tal ameaça, decide abandonar o filho, ainda criança, para que morresse. Tendo sido salvo por um pastor, permanece com um defeito nos pés provocado pelo fato de ter sido amarrado para assim morrer. Não morre, mas passa a vida claudicando. O claudicar apresenta-se como uma metáfora das imperfeições e dificuldades de todo sujeito no decorrer da vida.

Levado para ser criado por um rei, ali cresce até que, um dia, pela predição de um outro oráculo, sai pelo mundo em busca de seu próprio destino. Nessa jornada esbarra com um senhor em uma encruzilhada, provocando um desentendimento no qual o mata, sem saber que matara seu próprio pai. Ao prosseguir caminho, Édipo salva a cidade de Tebas ao decifrar o enigma da Esfinge e, por isso, a cidade lhe oferece o trono e a rainha Jocasta. Casa-se, também sem saber, com a própria mãe.

Quando, anos depois, a cidade foi novamente assolada por outra peste, descobriu-se que o culpado era Édipo, que havia matado o próprio pai e desposado a própria mãe. Ao se dar conta de tal horror, ele arranca seus próprios olhos e sai vagando pelo mundo.

Márcio Peter de Souza Leite (1992) aponta que Freud faz uso exatamente desse drama, e não de outro, pelo fato de que Édipo não tem, em

momento algum, intencionalidade em suas ações. O que acontece no mito de Édipo é o drama da sobredeterminação, é o sujeito pego em uma história que, embora não tendo escolhido, sofre dela todas as consequências. É o que se dá pelo fato do sujeito ser constituído a partir do Outro. É isso que Freud mostra, em toda a sua radicalidade: que o sujeito não é dono do seu próprio destino, pois ele é tramado fora dele, sem que ele disso participe.

O Fenômeno.

Como afirmado anteriormente, por volta do quarto ano de vida da criança, as pulsões genitais alcançam seu ápice, o que provoca uma espécie de puberdade psicológica precoce em relação à puberdade fisiológica própria da adolescência. Freud se refere a este fato da sexualidade humana como sendo uma sexualidade bifásica, uma sexualidade constituída em duas fases: a 1ª que seria o complexo de Édipo e a segunda que se dá quando do amadurecimento fisiológico do corpo humano na adolescência.

O complexo de Édipo fixa a criança num desejo sexual ao objeto mais próximo, que é o progenitor do sexo oposto e, ao mesmo tempo, cria uma rivalidade com o progenitor do mesmo sexo pela posse do objeto amado. Assim, na teoria freudiana, o menino quer matar o pai para permanecer só com a mãe (Freud, 1923). Este desejo necessariamente deverá ser frustrado para que se constitua, desta forma, o nó do complexo de Édipo, que determina a frustração destas pulsões através de uma repressão educativa que impedirá a realização de tais satisfações. A partir daí, se efetiva um recalçamento da tendência sexual que permanecerá latente até a puberdade. (Lacan, 1938)

A Castração

Em relação ao complexo de Édipo, o medo da castração tem um papel fundamental e recebe o nome de complexo de castração. Quando se fala no menino ser frustrado no seu intento de possuir a mãe - nos restringiremos a tratar aqui do Édipo no menino - isso se dá, em última instância, pela ameaça de castração que é percebida por ele.

Essa repressão se efetiva através de um duplo movimento afetivo do sujeito: a agressividade contra o pai gera como contrapartida um temor de ser alvo de uma agressão semelhante de volta. Essa agressão tomaria forma numa fantasia de mutilação, que castraria um macho. (Lacan, 1938)

Segundo Juan David Nasio (1988), o complexo de castração se dá em cinco momentos. O primeiro, tido como a própria pré-condição dessa experiência psíquica, que seria a crença na ficção de que “todo mundo tem um pênis”. No segundo momento, a criança se vê sendo proibida de práticas auto-eróticas, sustentadas por fantasias incestuosas. Assim, o pênis é ameaçado pelas advertências parentais, que não serão levadas a sério, mesmo após o terceiro momento que é a visão da região genital feminina em que falta o pênis. Esse fato só fará o menino passar a poder representar como possível a perda do pênis. No quarto momento, emerge a angústia de castração ao verificar que a mãe também é castrada, portanto a perda do pênis pode realmente se efetivar. O menino, a partir daí, entra no tempo final do Édipo em que ele aceita a lei da proibição e opta por salvar seu pênis. Vemos, assim, que a ameaça de castração só se efetiva a posteriori, depois do menino perceber a castração da própria mãe. É esse fato que desperta nele a lembrança das ameaças verbais proferidas anteriormente pelos pais, e que, nesse momento, são significadas como um sinal de perigo.

Podemos, desta forma, dizer que o término do complexo de castração é também, para o menino, o término do complexo de Édipo. O que

nas palavras do próprio Freud é dito assim: “No menino, o complexo [de Édipo] não é simplesmente recalçado, mas desfaz-se literalmente em pedaços sob o impacto da ameaça de castração” (Freud, 1925).

A Função Materna

O bebê humano, pelo seu nascimento prematuro, em um estado de desamparo vital, só sobrevive e só se humaniza pela ação de um outro que desempenha o que vai se chamar função materna. Só sobrevive pelos cuidados vitais e só se humaniza pelo amor e desejo de quem dele cuida.

Essa relação é de total dependência, pelo lado da criança, e de total potência, pelo lado da mãe, chamada por Lacan de “Outro Primordial”. A criança fica submetida ao desejo deste que lhe oferece alimento, cuidado, amor e simbolização. É um “Outro Absoluto”, que é o mesmo que dizer que fora dele não há nada, como se fosse o Deus Todo-Poderoso que cria e reina sobre o que criou.

Se compreendermos a relação mãe-filho segundo a vertente do desejo, o desejo da mãe, teremos que colocar em evidência a sua própria falta, o que ela não tem e não o que ao filho falta. Segundo Freud, no lugar de uma falta (falta de falo), a mulher vai poder colocar um substituto, a criança. O que gera a seguinte equação:

CRIANÇA

FALO

As demandas da mãe calcadas na sua falta, sua decepção fundamental desde a infância, são dirigidas ao filho e provocam nele o desejo de dar-lhe o objeto que lhe falta e aí ele situa a si mesmo como esse objeto, o falo. É como se a criança, diante desta mãe que vai e vem, e que deseja, lhe dirigisse a pergunta: “O que queres de mim?”. E, em resposta, buscasse uma significação para este desejo desconhecido, procurando, então, identificar-se

ao objeto que satisfaria este outro, colocando a si mesmo como o falo que falta à mãe. (Sobrinho, 1988)

No Seminário IV, Lacan fala sobre a criança enquanto solução possível da falta feminina. Ele vai colocando como a criança descobre que não é suficiente para preencher o buraco materno (Miller, 1997). Assim ele se expressa nas páginas 282 e 283: “A estruturação do desejo do sujeito se dá em torno do desejo do Outro, ou seja, o desejo de ser desejado... do modo que foi levado a se tornar ou não aquele que atende a esse desejo, a se tornar ou não o ser desejado.”

É como se o filho se fizesse a pergunta: “O que quer esta mulher aí? Eu bem que gostaria que fosse só a mim que ela quisesse, mas não, existem outras coisas que a mobilizam, que ela deseja além de mim. O que será que ela quer?” Este seria o enigma para a criança dar um significado, que acabará sendo o falo, o significado da busca representada pela idas e vindas da mãe. No mesmo seminário, em outro lugar (p. 180,181), Lacan vai dizer que: “A criança, com maior ou menor astúcia ou sorte, pode conseguir vislumbrar desde muito cedo o que é o x imaginário, e, uma vez tendo compreendido, fazer-se de falo.” (Lacan, 1956-1957)

A função materna é comumente descrita com palavras como “Paraíso”, “Jardim do Éden”, “Sentimento Oceânico”, lugares de prazer absoluto, sem falta nem desprazer algum, que é a fantasia acalentada secretamente pelo sujeito castrado desse Outro que era “Tudo”.

A Função Paterna

Para Lacan, a operação realizada pelo pai separando a criança da mãe recebe o nome de Metáfora Paterna, que apresenta o Édipo como uma relação fixa, matemizada, entre a função paterna e a função materna. Eis a fórmula mais simples que se pode dar ao Édipo:

NP significando que o Nome-do-Pai barra o Desejo da Mãe.

DM

Há aí uma substituição em que a função paterna, a função de separar o par mãe-criança, vem no lugar ocupado pelo desejo da mãe, desejo caprichoso, sem Lei, não submetido à regulação simbólica. É através da intervenção do pai que, numa sociedade androcêntrica como é a nossa, a criança e a mãe são efetivamente separadas e a criança enviada ao mundo, ao mundo simbólico.

A função do pai aparece, então, como interditora, como obstáculo à frente do objeto primordial, a mãe. Essa experiência deixa suas marcas indeléveis de como o sujeito foi separado do objeto primordial, por quais traumatismos e sofrimentos foi afetado e que significação tomou para ele a perda. O que se passou nesse momento determinará a estrutura psíquica do sujeito, bem como disposições que não se apagam na vida adulta e que terão papel importante em suas escolhas e na forma de conduzir a vida.

Não se pode deixar de mencionar que, para que a metáfora paterna tenha lugar, é preciso que o Outro Primordial deseje algo fora do par mãe-criança, ou seja, aponta para algo mais importante do que a criança. Esse movimento desejante da mãe para fora do par fusional provoca duas consequências: primeira, a criança descobre que a mãe não é a Toda-Poderosa, ela é também castrada; segundo, a criança se volta para o pai (cultura) e começa a construir seu significado do mundo, não estando mais restrita à dependência do UM. No Outro da cultura descobre uma fonte infinita de significações que vão lhe permitindo construir os sentidos que o guiarão pela vida. (Miller,1997)

Na metáfora paterna, o desejo da mãe é o significante que franqueia a barra do algoritmo saussuriano entre significante e significado, produzindo, assim, um efeito de significação onde antes havia só o desconhecido. Essa simbolização é efetuada em dois tempos: o primeiro, o da ausência da mãe que é a matriz do primeiro par significante S1 – S2; o segundo, o que inscreve

o Nome-do-Pai no lugar liberado por esta ausência. Chamado, atraído por essa ausência, o Nome-do-Pai dá ao Desejo da Mãe sua significação fálica. No final da Metáfora Paterna, o Desejo da Mãe toma a significação da castração: S(A). (Brousse, 1991)

Lacan pensa o Édipo freudiano como uma passagem da natureza para a cultura, onde o pai, no exercício de sua função simbólica de nomeação, quando dirigida ao filho, dá-lhe uma significação no mundo da linguagem, possibilitando-lhe ter identidade. Retomando as elaborações lacanianas sobre o Édipo, temos a sua tripartição em termos de tempos, quais sejam: 1º tempo – a mãe não aparece como castrada, é a Toda-Poderosa; 2º tempo – é quando a mãe, por sua palavra, se coloca como castrada, produzindo-se, assim, a barra; 3º tempo – a criança reconhece a castração da mãe, se identifica a um sexo, produzindo, desta forma, a significação fálica gerada pela elisão do Desejo da Mãe pelo Nome-do-Pai.

As Consequências

O que produz o complexo de Édipo? Dá origem ao Supereu e ao Ideal do eu na criança.

O resultado produzido pela frustração das pulsões genitais despertadas na criança que são impedidas de satisfação através de uma repressão educativa, efetivará um recalçamento da tendência sexual que permanecerá latente até a puberdade, e, por outro lado, se dará a sublimação da imagem parental que perpetuará um ideal representativo, fonte da identificação sexual que se dará pela identificação ao progenitor do mesmo sexo, fazendo coincidir atitudes psíquicas com atitudes fisiológicas. Daí em diante, esse duplo processo se manterá inscrito no psiquismo do sujeito em duas instâncias: uma que recalca, que tem função de auto-observação e consciência moral, que se chama supereu; e a outra que sublima e que define permissões, cujo nome é Ideal do eu.

O supereu tem uma função normativa na estrutura moral do sujeito e nas suas relações com a realidade, enquanto o Ideal do eu desempenha a função que permite a identificação a um sexo. Portanto, o ideal do eu está diretamente ligado à possibilidade de uma criança assumir certo tipo viril ou feminino, se reconhecer como homem ou mulher e poder exercer funções de um dos dois sexos. Em outras palavras, virilidade e feminilidade são atributos internalizados no Édipo pela operação do Ideal do eu. (Lacan, 1957-1958)

Lacan afirma que o Édipo é a base de nossa relação com a cultura. Isso nos conduz a elaborações sobre como o Ideal do eu, produto da identificação da criança aos papéis sociais, propicia a possibilidade de ela poder sair de seu pólo narcísico, onde impera o eu ideal, e passar ao polo alteritário, lugar onde se instituem as relações com o semelhante.

A criança pode ser pensada, antes de passar pelo Édipo, como um sujeito narcísico cujo investimento se condensa no pólo do eu ideal. É um

sujeito despreparado para a convivência social, pois ele se autoriza a predação do outro, a usá-lo como bem entender, tirando-lhe o que quer e lançando projetivamente sobre ele tudo o que abomina em si mesmo. Tudo o que é bom é seu, tudo o que é ruim é do outro. Ele depreda o corpo do outro como se fosse um mero objeto para usufruto de seu gozo. Enfim, o sujeito se vê como sendo o centro do mundo, tudo lhe é permitido.

Para tal sujeito não há interdição. Ele acredita poder impor seus ideais, instituir uma lei própria que lhe permite fazer tudo o que quer, sem se submeter a uma Lei externa. Ele pensa poder submeter os outros, sem que sejam reconhecidos em sua singularidade e diferença.

Com a castração, há a barragem, no psiquismo, de seu pólo narcísico e onipotente feita pela mediação da linguagem, que marca a presença da Lei, que estrutura o registro alteritário, possibilitando ao sujeito levar o outro em conta, respeitá-lo e com ele conviver. Portanto, só o sujeito inaugurado nesse registro da Lei pode efetivamente funcionar num registro eminentemente intersubjetivo, tendo conseguido relativizar, pela operação do Édipo, sua onipotência de base. Poder-se-ia dizer que o conceito de onipotência nos remete à predação, depredação, impossibilidade de reconhecimento do outro, impossibilidade de dom e de trocas; enquanto que o conceito de lei nos remete a reciprocidade, reconhecimento e alteridade.

Assim, podemos dizer que o Complexo de Édipo, através do funcionamento de seus herdeiros, o superego e o ideal do eu, regula as demandas pulsionais de satisfação e de gozo nas suas relações intersubjetivas, define interditos básicos e permissões possíveis. Coloca o sujeito em relação com a Lei, com limites aos quais ele deve se submeter para se inserir em determinada associação humana. Segundo Freud (1923) o superego compreende a proibição: “Você não pode ser assim (como o seu pai)”, isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz, certas coisas são prerrogativas dele; enquanto o ideal do eu instaura o preceito: “Você deveria ser assim (como seu pai)”.

Quando se afirma que o Édipo produz o Ideal do eu significa que de uma primeira identificação ao pai, ao pai que possui a mãe, trata-se de uma identificação com traços destrutivos, porquanto, plena de rivalidade com esse pai. O filho, nesse momento, deseja a mãe nos moldes em que o pai a tem, aí o traço de rivalidade começa a aparecer. Pela via da interdição, o Ideal do eu ocasiona uma segunda identificação ao pai, porém, como aquele que tem os atributos que mobilizam a mãe e, portanto, como aquele que deve ser imitado para se possuir os mesmos atributos supostamente desejados pela mãe. É a cultura falando mais alto que a natureza. Ao mesmo tempo em que esse pai é tomado pela criança como ideal a ser alcançado para que ela possa ser amada, então, de outra forma.

O Édipo é efetivado por pressão externa (cultura). Porém, a escolha de objeto não se dá num primeiro momento (Édipo). Ela tem que ser interditada através de uma interrupção provocada pela cultura para que, num segundo momento, na puberdade, seja dirigida a outros objetos. O período entre esses dois momentos é a latência, que permite a sublimação. É o impedimento da primeira escolha de objeto que produz a neurose e a cultura.

Leopold Nosek, em uma entrevista dada à revista “Veja” em julho de 2000, afirma que o fato, facilmente constatável, de que todo mundo gostaria de ser melhor do que é e de ocupar o lugar de outra pessoa, tem sua origem no complexo de Édipo, que seria o desejo de possuir um lugar que não é seu. A ocorrência do Édipo é uma operação que visa produzir no sujeito a capacidade de dar conta de se localizar seu próprio lugar, de se ver no mundo em sua diferença e construir o seu estilo.

4. A Separação na Cultura.

Ao finalizar os três itens anteriores sobre os complexos, temos um fundamento para pensarmos os três como se tratando da mesma coisa, separação. Mesmo, é claro, que sendo em níveis diferentes por tratar-se de momentos diferentes.

Num primeiro momento, separar o bebê do corpo da mãe, da vida simbiótica e indiferenciada. Num segundo, a separação se dá pela aparição da imagem do outro, percebido como um intruso que vem separar a criança da mãe. No terceiro dá-se definitivamente a entrada do outro como alteridade, como um outro com o qual a criança vai ter que entrar numa relação já marcada pelo simbólico. Neste momento haverá a definição das novas relações da criança que, não mais será só da mãe mas entrará na cultura, como sujeito de desejo, com um nome e um lugar seu dentre os outros.

Diríamos que a cultura proporciona meios de se tentar harmonizar, na medida do possível, já que o mal-estar na civilização é, segundo Freud, inestinguível, a separação. O que se pede da criança não é que se separe totalmente dos pais e vá para o mundo, mas que se separe, mantendo laços possíveis.

Pensamos ser útil nesta nossa proposta de trabalho, a comparação com duas outras culturas, a Netsilik e a Mundugumor, com características bastante diferentes das da nossa. O propósito seria de, pelo contraste, destacar o que os meios proporcionados pela cultura permitem a seus membros alcançarem ou não. Descreveremos dados de pesquisa que se referem à questão da maternagem – o cuidado que a cultura provê ao bebê no primeiro ano de vida – e às relações sociais do adulto, de forma a podermos inferir algumas conexões entre uma e a outra.

Muito embora, sendo esta monografia um estudo em teoria psicanalítica, achamos enriquecedor lançarmos mão de textos de outras

disciplinas, no caso, de antropologia – como é, aliás, tradição na psicanálise – podendo, dessa levantar dados comparativos que nos auxiliem em nossas tentativas de compreensão.

Conforme citado, escolhemos para este fim, dois povos de culturas contrastantes entre si e também em relação à nossa própria. Os esquimós Netsilik, que dispensam à criança no primeiro ano de vida, uma maternagem em que o bebê se encontra sempre muito próximo ao corpo da mãe e, por isso, o atendimento às necessidades vitais da criança fica muito privilegiado. Por outro lado, os Mundugumor, da Nova Guiné, um povo que trata o seu recém-nascido com rudeza e brutalidade, praticando uma maternagem agressiva e não amparadora.

Dois tipos diferentes de maternagem, diríamos até opostos, em duas sociedades cujas relações sociais se dão de maneira também muito diferentes. Seria isso coincidência? Temos razões para pensar que não, uma vez que as diferenças sociais seguem no mesmo rumo do tipo de tratamento que a criança recebeu quando pequena. Prossigamos, o nosso relato que, esperamos, nos fornecerá subsídios para inferências fortalecedoras de nossas hipóteses.

4.1. A Separação nas Culturas Netsilik e Mundugumor

Os Netsilik

Os Netsilik são esquimós da península de Boothia, no nordeste do Círculo Ártico Canadense. Foram estudados no inverno de 1966-1967 por Richard James De Boer, que morou com a tribo num iglu e centrou seu interesse em pesquisar o tipo de relação mãe-filho que se desenvolve nessa cultura.

De Boer descreve a mãe Netsilik como tendo uma personalidade tranquila, embora viva nas mais difíceis condições, e que dá aos filhos calor humano e atendimento amorosamente maternal. O bebê Netsilik, desde o nascimento, é carregado nas costas da mãe até que possa se locomover sozinho. Durante o período de extrogestação permanece praticamente despido, apenas com uma pequena fralda, aconchegado a pele das costas da mãe, num contato que se prolonga o dia todo, pois a mãe carrega a criança ao longo de seu dia de trabalho. O que não lhe parece penoso pois o bebê está colocado em uma posição que favorece o seu equilíbrio, não causando maiores desconfortos (Montagu, 1988).

Em consequência da extrema proximidade dos dois corpos, a mãe pode perceber muito mais rapidamente as necessidades do bebê, lhe proporcionando, por exemplo, limpeza e alimentação no momento adequado, sem que bebê fique abandonado ao acúmulo de sensações frustradoras. Que é, justamente o que, a nosso ver, acontece em nossa cultura, onde a criança, relegada a um distanciamento precoce do corpo do outro, às vezes na solidão do berço, sofre sozinha de faltas inassimiláveis, por demais doloridas, sem uma solução até que o outro apareça para lhe trazer alívio. Mas alívio depois de

sofrer o que? Por quanto tempo? Não se está suficientemente junto da criança para se sentir por ela como é o caso da mãe Netsilik.

O bebê Netsilik se comunica com a mãe por meio da pele. Quando sente fome suga a pele das costas da mãe e é, então, levado ao seio para mamar. Todas as manhãs, a mãe lambe o rosto e as mãos do filho para limpá-las, até a criança já ter idade de se sentar no banco. Outro fator que deve causar grande tranquilidade e segurança ao bebê é o fato de não só ter a presença materna praticamente o tempo todo, como o de ser embalado constantemente pelos movimentos da mãe em suas tarefas diárias. Todos sabemos o quanto os bebês apreciam e se tranquilizam ao serem embalados, como aliás, o eram dentro do útero materno, quando, da mesma forma, a mãe ia e vinha balançando suavemente o bebê em seu mundo intra-uterino.

Não é sem razão que o bebê dessa cultura raramente chore, pois, suas necessidades são rapidamente percebidas pela mãe. No princípio, a criança urina e defeca sobre a pele da mãe que, com o tempo, será capaz de antecipar o que vai ocorrer por movimentos de pernas do bebê e o retira para que possa urinar e defecar livremente, limpando-o em seguida e o recolocando nas costas.

As respostas do bebê ao tratamento satisfatório da mãe são, invariavelmente, agradáveis. Para o pesquisador De Boer, a regularidade e tranquilidade do tratamento que o bebê recebe e que gera essa invariabilidade de resposta de prazer é a explicação para a capacidade dos esquimós Netsilik de enfrentarem situações de estresse. Que diferença de nossa cultura onde as pessoas vivem todas estressadas!

Cremos ser perfeitamente possível assemelhar o tratamento dado pela mãe Netsilik ao seu bebê ao que Winnicott vai chamar de “preocupação materna primária”, pois é ele mesmo que afirma que: “Se a mãe fornece uma adaptação suficientemente boa à necessidade, a linha de vida do bebê é perturbada muito pouco por reações à intrusão. As falhas maternas produzem fases de reação à intrusão, e tais reações interrompem o ‘continuar a ser’ do bebê. Um excesso de reações não produz frustração mas um *ameaça de*

aniquilação. Isto, em meu ponto de vista representa uma ansiedade muito primitiva, bem anterior a qualquer outra que inclua em sua descrição a palavra ‘morte’.” (Winnicott, 1958, p. 27).

Tudo o que acabamos de colocar fará muito mais sentido se nos relembrarmos do estado fetal no qual o bebê humano nasce aos nove meses de gestação, num estado de fetalização expresso pelo próprio Lacan (1938).

Portanto, se o bebê humano nasce em um estado fetal, ele precisa receber cuidados mais adequados, que levem em conta suas reais necessidades, bem como sua extrema incapacidade e dependência. A mesma concepção sobre o estado de fetalização expressa por Lacan, também se encontra nas elaborações de Ashley Montagu (1988, p. 67): “A gestação, de acordo com os parâmetros pelos quais geralmente a compreendemos, não parece estar completada quando se dá o parto, mas prossegue, da gestação dentro do útero – *útero-gestação* – que dura aproximadamente nove meses, para a gestação fora do mesmo – *extergestação* – que dura mais ou menos o mesmo tempo”.

Parece que os Netsilik, mesmo sem o saber, contemplam seus bebês com um cuidado muito apropriado à sua prematuridade devido às condições nas quais as crianças vivem os nove primeiros meses de sua vida fora do útero, não sendo abruptamente privados do calor, dos batimentos cardíacos – velhos companheiros de *útero-gestação* – e do embalo, enfim, da presença do corpo materno.

“Somente a mãe sensibilizada do modo como estou descrevendo [preocupação materna primária], pode sentir-se na pele do bebê, e assim preencher as suas necessidades.” A partir dessa afirmação de Winnicott (1958, p. 27), podemos constatar que, para ele, a mãe ‘sentir-se na pele do bebê’ é algo desejável. Tomando como base o que já dissemos sobre a mãe Netsilik, dela pode-se dizer que se sente na pele do bebê, até mesmo porque está em contato direto com ela. Não nos esquecendo de que o tempo em que ela carrega o seu filho colado as suas costas corresponde ao período de *extero-gestação*, em que o bebê humano termina o seu amadurecimento

anatomo-neuro-fisiológico. Que, somente após esse tempo, lhe é possível sair do estado fetal em que nasceu, superando, assim, um inacabamento, uma incompletude que, no ser humano, difere da maioria dos mamíferos superiores e nos confere a particularidade de sermos extremamente dependentes do outro para nossa sobrevivência e crescimento.

A atitude da mãe Netsilik em relação a seu bebê é tão mais apropriada se se levar em conta a teorização de Winnicott sobre o “holding”, o segurar o bebê. Ele afirma que “... o protótipo de todos os cuidados com os bebês é o ato de segurá-los...um bebê a quem seguram bem é muito diferente de outro, cuja experiência de ser segurado não foi muito positiva... não o seguraram de forma suficientemente boa, e o resultado é que o seu desenvolvimento teve de ser deturpado e protelado, e algum grau da primitiva agonia estará sempre presente ao longo de sua vida.” (Winnicott, 1987, p. 30, 31).

É exatamente o cuidado materno adequado, ‘suficientemente bom’, que vai suprir a defasagem em que nascemos e que nos é tão pesada em suas conseqüências por toda a nossa vida. Consideramos que o que vivemos neste período vai balizar a nossa forma de sentir no mundo e construir nossa existência. Pois, é nesse período que se dá a formação subjetiva, em que esse pedaço de carne que nasce vai se humanizar, vai ser impregnado de vida psíquica com qualidades humanizantes. É por isso que, em seu estado de puro desamparo, de pura necessidade ao nascer, o bebê está sujeito à total dependência do adulto que cuida dele. Que não só lhe dá a vida mas que tem a função de lhe proporcionar a capacidade de vivê-la.

Então, chegamos ao momento de responder à pergunta sobre o tipo de adulto e de sociedade que a cultura Netsilik produz. De acordo com De Boer os adultos Netslik são raramente ou nunca invadidos por estímulos aversivos ou indutores de estresse por parte de outros indivíduos (Montagu, 1988). Devido a características como essas, pensamos poder afirmar que parece não haver entre eles a manifestação perturbadora da prevalência do registro imaginário que, como sabemos, é o registro da agressividade e da confusão

com o outro. Poder-se-ia dizer que eles não se misturam facilmente por terem os limites subjetivos bem constituídos. Ao contrário da psicose, ou mesmo da neurose onde o sentimento paranóico, de invasão do outro é tão presente – lamentavelmente tão parte das relações cotidianas de nossa cultura.

Segundo o relato antropológico, eles são capazes de enfrentar com frieza e serenidade as incertezas de seu ecossistema, ou seja, têm um grande equilíbrio homeostático. Pensamos que se eles lidam bem com a instabilidade do mundo é porque têm uma forte estabilidade interna construída na relação com a mãe no princípio da vida.

Na sociedade Netsilik, inexistem relacionamentos de dominação-submissão nas relações familiares e especialmente nas materno-filiais. Há um equilíbrio harmônico entre o indivíduo Netsilik e sua sociedade. Os indivíduos mantêm entre si relacionamentos mutuamente altruístas e as experiências de cuidado materno são mais tarde reforçadas pelos demais membros do grupo.

É costume desse povo improvisar músicas para praticamente todas as ocasiões e não seria o cuidado e sensibilidade com seus bebês que ficaria de fora. Como que levando em conta a extrema incapacidade da criança, eles compõem músicas expressando o que sentiria uma criança, numa espécie de empréstimo que lhe fazem, falando por ela, já que ela mesma ainda não pode fazê-lo devido ao seu estado de impotência. Dizem, no lugar dessa criança, o que ela não conseguiria, como por exemplo: “sou completamente incapaz ... de caçar....de atirar.... de obter.... de pescar....” (Montagu, 1988, p. 288). São calorosos, amistosos, agradáveis e receptivos.

Segundo o relato do pesquisador, os Netsilik, têm como traço predominante em sua sociedade a noção de que não existem desconhecidos, somente amigos que ainda não foram apresentados. Consideramos que isso acontece desta forma porque eles têm processos identificatórios consistentes, pois, não se confundem com o outro colocando-os, em espelho, do outro lado, como inimigos. Não precisam ver o outro ao contrário para se ver subjetivamente, podendo, dessa forma, viver a vida de forma menos agressiva e com menos medos infundados.

Os Mundugumor

O povo Mundugumor vive na nova Guiné, numa região ribeirinha e sua sociedade é composta por pessoas relatadas como sendo extremamente “agressivas, hostis, que vivem entre si em estado de desconfiança recíproca e de incômodo generalizado.” (Montagu, 1988, p. 306).

Montagu que nesse seu livro busca conexões entre as primeiras experiências da infância e o desenvolvimento da personalidade adulta, afirma que com a experiência de socialização da criança Mundugumor não nos surpreende que sua sociedade tenha se constituído como uma sociedade canibalista (até 1930; desde então, houve consideráveis mudanças).

A chegada de um novo bebê na sociedade Mundugumor é, desde a gravidez, motivo de irritação e preocupação, uma vez que o casal deve interromper sua vida sexual sob o risco da mulher ser ‘reengravida’ tendo, por esse motivo, filhos gêmeos. O pai fica irado, pois é um homem marcado, não podendo participar de várias atividades e descontará sua raiva na mulher cuja ‘magia anticoncepcional’ foi ineficiente. A mulher também não tem nenhum motivo para se alegrar com a situação pois, além de sofrer a ira do marido e a privação sexual, correrá sério risco de ser abandonada pelo marido, que poderá buscar outra esposa para si. Haverá muita discussão a respeito de se preservar a criança ou jogá-la no rio, sem que seja lavada. Sua vida ou morte dependerá de seu sexo e do desejo de um dos pais que prevalecer.

A maternagem dos Mundugumor, segundo o relato antropológico, não tem movimentos carinhosos com o bebê e é feita de forma violenta e hostil, como, por exemplo, na situação da amamentação, quando a mãe se impacienta com o bebê, que é levado a mamar rapidamente, o que faz com que ele se agarre ao seio com força, freqüentemente engasgando por engolir rápido o leite. Devido a isso, a mãe se enfurece tornando o momento da amamentação numa experiência de “raiva e frustração, luta e hostilidade, em

lugar de afeto, tranqüilidade e contentamento.” (Montagu, 1988, p. 307). Tudo isso desenvolve no bebê, segundo o pesquisador, uma atitude bélica, com a criança tendo que lutar para obter um pouco daquilo que não lhe querem dar.

Segundo o relato de Margaret Mead, citada por Montagu (Ibid, p. 306) , o bebê Mundugumor é um ser enxovalhado, que leva uma vida sem amor, suspenso em uma sacola que alguém raspa com as unhas quando ele está chorando, como forma de apaziguamento. Desde o nascimento, quando é carregado, isso é feito em uma cesta de fibras “ásperas, duras, inflexíveis e opacas”, suspensas na testa da mãe, onde não há contato com o calor do corpo dela.

O desmame propriamente dito é feito com violência, com a mãe repudiando a criança, empurrando-a e estapeando-a, tentando, com esses gestos, afastá-la do seio. Fato que, talvez, explique o grande número de crianças Mundugumor que chupam um par de dedos, ou o dorso da mão, com uma expressão “ansiosa, inquieta e mal-humorada” (Ibid., p. 307). Também não é incomum que mães passem uma seiva amarga nos mamilos, forçando a criança a aceitar outro tipo de comida.

Logo que aprende a sentar, é deixada no chão e aprende a andar sozinha. Assim que começam a andar são puxadas violentamente pelo braço e espancadas quando se afastam de casa, e, quando fica amedrontada ou zangada, não lhe costumam dirigir nenhum carinho ou manifestação de compreensão e amparo, sendo deixadas sozinhas chorando até que as lágrimas sequem.

Na sociedade Mundugumor permanece-se criança até a adolescência, quando são incubidos de executar um cativo para o ‘festim canibal’. Caso o adolescente não consiga, será grande a vergonha para si e para seus parentes. A iniciação sexual se dá aos doze ou treze anos, porém é vista como um privilégio para os meninos e um castigo para as meninas. Nos ritos de passagem, os meninos são golpeados, amaldiçoados e escarificados com o evidente prazer de seus atormentadores. Na verdade, as iniciações são um mecanismo de acentuar as hostilidades, se tornando um pivô de brigas

entre meninos e meninas, pais e filhos, iniciados e não-iniciados. Parece que todos os motivos são usados para a descarga de um imenso montante de agressividade. Seria esta agressividade um desdobramento da que o bebê é vítima desde que nasce, que não consegue processar e que passa a vida atuando dessa forma?

A descrição que nos é fornecida das relações sociais na sociedade Mundugumor fala de um olhar de ódio e vergonha como comportamento que caracteriza o relacionamento de um indivíduo com quase um terço de sua comunidade, pois suas relações de parentesco permitem um tratamento agressivo dos mais velhos para com os mais jovens. Fazem 'brincadeiras' em que os adultos beliscam, empurram, ameaçam os menores, irritando-os com diversos tipos de maus-tratos, o que faz perfeitamente parte dos costumes. Entre adultos, os xingamentos e maus-tratos de 'brincadeira' podem muitas vezes levar os mais frágeis ao suicídio. Como se toda esta agressividade não bastasse, ainda tem a questão do casal que briga com frequência, se espancando mutuamente.

4.2. A Separação em Nossa Cultura em Duas Perspectivas:

Escolhemos duas obras culturais, um filme e um livro, para buscar exemplificar de que maneira as relações sociais podem permitir, facilitar ou até impedir que essa separação, ou talvez, melhor dizendo, essas consecutivas separações ocorram na vida da criança.

Ambas as obras discorrem sobre a relação do filho com a mãe em relação ao seu desejo, com dois desfechos diametralmente opostos que, por essa e outras razões, nos permitirão ver as intercorrências que permitiram esse ou aquele final.

Um Filho que Fica - David

A primeira obra selecionada é o filme *Inteligência Artificial* (2001), dirigido por Steven Spielberg segundo projeto de Stanley Kubrick, que se apresenta como uma possibilidade ilustrativa no que concerne ao Édipo, quando não levado a termo, quando não chega ao terceiro momento de sua efetivação.

No filme, Mônica (Frances O'Connor) é uma mãe, num futuro longínquo da civilização, que tem o seu filho Martin (Jack Thomas) vitimado por uma virose desconhecida que o mantém congelado indefinidamente. Por este motivo, ela é tomada por uma profunda tristeza, não aceitando o fato, indo, por exemplo, com regularidade até o local em que a criança se encontrava congelada para, através de um microfone, ler histórias infantis, alimentando assim a sua ligação à criança, ao mesmo tempo que demonstrando sua dificuldade em se separar do filho e lidar com o real da perda.

Temos, então, uma mãe em falta, uma mãe sem filho. Mônica, com a perda do filho, parece ter perdido a referência de quem era, pois caminha

sem rumo pela casa, a vida parece não ter mais sentido. Dir-se-ia ser ela uma mulher que não sabia mais viver sem ser mãe. Não importavam outras referências, outros valores, outros objetos que viessem a ocupar o lugar do filho.

O marido Henry (Sam Robards), preocupado com o bem-estar da esposa, providencia a compra de um novíssimo modelo de robô recém criado por um cientista, Robby (William Hurt), que, descobrimos depois, cria este robô, David (Haley Joel Osment), à imagem e semelhança de seu próprio filho. Um filho que ele próprio havia perdido. Temos aí um pai (melhor dizendo, temos aí, também, uma outra mãe que não aceita a perda do filho) e que, ao não aceitá-la produz de novo o filho – mesmo que seja robô – para tentar tamponar sua falta. Esse robô é para o cientista Robby o ápice de sua criação, o filho amado retornando pelo saber da ciência. A especificidade desse filho-robô é que ele foi criado para amar incondicionalmente e para sempre o genitor que o “ativasse”.

A mãe depois de muita indecisão resolve ativar o robô para que ele passe a amá-la da mesma forma e para sempre, ou seja, sem frustrações. Primeiramente ela assina um contrato de responsabilidade pela ativação do robô, se comprometendo a devolvê-lo, no caso de arrependimento, pois, significativamente, ele não servirá para mais ninguém, a não ser para aquele que o ativou. Na cena interessantíssima da ativação, a mãe toca o pescoço do robô (tato!), olha-o nos olhos (olhar!), recita uma seqüência de palavras aleatórias dadas pelo fabricante Cybertronics Manufacturing. Significantes que não são da mãe, que não estão numa cadeia simbólica, sem sentido, portanto, incapazes de oferecer à criança uma história, uma linhagem na qual possa se inscrever. Após ouvir as palavra o robô-menino, que já estava com ela por algum tempo, pela primeira vez a chama de “mamãe”. Constituiu-se, nesse ato, um filho, numa ilustração do que de fato acontece entre mãe e filho humanos, pois também entre eles, o filho só passa a ter existência como tal pelo desejo da mãe, pela sua adoção.

David, o filho-robô, vem ocupar esse lugar de falo da mãe, perpetuando uma relação mãe-filho em que Mônica podia se dedicar à sua fantasia de cuidar do outro, de não abandonar a função de maternar, em favor de outras atividades que fizessem sentido para si. Consideramos esses fatos como indícios que ela quer permanecer na relação mãe-filho para sempre, nessa célula narcísica que não se separa. Essa criança-robô é, perversamente, colocada na posição de falo imaginário da mãe, totalmente submetida à sua onipotência, capturada pelo fantasma materno, impossibilitada de ser reconhecida como sujeito de desejo. A mesma coisa é expressa por Joël Dor, em *O Pai e sua Função em Psicanálise*, (1991, p. 109): "... o sujeito desempenha para a mãe um papel muito preciso no plano fantasístico; seu destino já está traçado; ele será esse objeto sem desejos próprios, cujo único papel será preencher o vazio materno".

Desta forma, a relação dos dois prossegue com o filho-robô amando a mãe, preparando-lhe o que ela gosta, tentando adivinhar seus desejos para cumpri-los. Dessa relação, no entanto, o marido está totalmente excluído. Não comparece como pai. David permanece submetido à onipotência materna porque o pai não surge como trazendo a Lei para a mãe, e, portanto, "...é porque a onipotência materna reina que a função paterna não tem lugar nenhum para existir. O desejo da mãe não sendo jamais referido ao pai, o da criança permanece circunscrito à mãe, sob o modo imaginário e arcaico que conhecemos bem: *ser o único objeto do desejo de outro, ou seja, ser o seu falo imaginário.*" (Ibid., p. 111).

No entanto, o idílio é interrompido pela notícia da melhora no estado de saúde do filho congelado que, de fato, depois de algum tempo está de volta. Este retorno traz grandes transtornos para o filho-robô que, privado de sua exclusividade do amor materno, começa a sofrer, pois passa, ele próprio, a querer, além de amar também ser amado pela mãe. Aparece, nesse momento, a não castração de David, a não separação da mãe, o ter apenas o 'desejo de seu desejo', mas é claro, ele foi criado justamente para não se separar dela, para ser o seu objeto garantido para sempre. Por seu lado, o filho verdadeiro,

o biológico, inicia uma relação rivalitária com o suposto irmão, que ele vê como um brinquedo, que não deixa, porém, de ser um intruso que lhe rouba também a exclusividade do amor materno.

A mãe, num primeiro momento, feliz com mais um filho para cuidar, começa a perceber a rivalidade nascendo entre os dois filhos, o biológico e o mecânico. O que se evidencia neste momento é o fato do filho biológico, ele também, não ter o interdito edipiano bem estruturado, pois também quer a mãe só para si, numa idade em que já seria de se esperar o fato de poder compartilhá-la com o mundo, não se sentindo seu possuidor único e eterno. Isto é mais um indicativo de uma mãe cujo desejo não se projetou para fora do par fusional – mantendo preso Martin, o filho biológico nas malhas de seu desejo insaciável. Esta tentativa de tamponamento de uma falta narcísica constituinte do sujeito ela tenta negar, permanecendo inseparavelmente colada ao objeto filho.

O grande impasse surge quando, por um mal entendido, o filho-robô é tomado como perigoso em seu amor ilimitado pela mãe, podendo até machucar o filho biológico. Neste momento a mãe é forçada pelo marido a devolver o robô. É o pai, finalmente, tentando interditar o gozo materno. Porém, vemos que Henry não existe como pai simbólico e essa mãe, não sendo interditada, não consegue se curvar diante da Lei do Outro e continua fazendo uma lei sua, particular, entre ela e o filho. Decide, então, não devolvê-lo aos fabricantes, desobedecendo o contrato que firmara com a empresa. Para ela, como já afirmamos, não havia lei a ser obedecida, pelo menos no que tangia à posse do filho-falo. Pelas regras dos fabricantes, o robô com sentimentos deveria ser desativado quando não mais fosse conveniente para os donos, porém, Mônica, em seu poder absoluto e sem interdição, decide deixá-lo vivo no mundo, apenas na companhia de um ursinho falador chamado Teddy.

O que acontece daí em diante? David passa a usufruir da vida, aprender, crescer, buscar novas coisas? A resposta é não. David continua apenas e somente ligado a uma busca de satisfazer o desejo da mãe para poder, novamente, ser amado por ela e retornar ao seu convívio. A partir do

momento em que é deixado sozinho no mundo, o robô, que continua a ser só filho, deduz que se a mãe o abandonou, era pelo fato de ele não ser uma criança de verdade, porquanto ela permaneceu com o outro, o filho biológico. Conclusão lógica que o levava a deduzir que o desejo da mãe era por um filho que fosse biológico e não mecânico.

Impulsionado por uma interpretação que faz da estória de Pinóquio, que a mãe havia lhe contado, na qual um boneco de madeira é transformado em um menino de verdade pela Fada Azul, ele sai em busca da dita fada a fim de que ela possa realizar a transformação desejada. A partir deste momento, ele sai pelo mundo, não em busca de seu próprio desejo ou de seus sonhos, mas, apenas e somente, em busca de um único desejo, o desejo de ser desejado pela mãe, que se daria quando fosse transformado em menino de verdade pela Fada Azul. Urgia, pois, achar essa fada. Começa a grande caçada em que só um alvo era buscado: localizar onde vivia a Fada Azul, para que ela o pudesse transformar em menino de verdade.

Em sua caminhada para achar a fada, ele faz amigos, passa por situações de perigo e se safa, porém, nada o demove de seu intento. Nada lhe interessa no mundo a não ser a busca do desejo da mãe. Depois de mil peripécias, guiado pelo pensamento fixo de achar a fada, ele se encontra no laboratório do cientista que o criou. Só nesse momento do filme nos é dado conhecer que o cientista Robby criara um robô que era, na verdade, a cópia de seu filho verdadeiro que havia morrido. Este, também como Mônica não tinha podido se haver com a perda e replicara seu filho perdido, que depois foi transformado em uma série de milhares, para serem adquiridos por pais que quisessem ter um filho sem falta, que não morresse, que não desejasse nada que causasse sofrimento aos pais, que não ferisse o seu narcisismo, enfim, que fosse à sua imagem e semelhança para sempre.

A ferida narcísica que é aberta em David pela visão de vários iguais a ele é pungente. Ele não é único, o laboratório está cheio de robôs como ele sendo fabricados e empacotados em caixas, nas quais aparecem as inscrições: “Um Amor Só Seu”, que poderia ser traduzido para o português como “um

amor do qual você é dono”. Tomado por uma fúria incontida, provocada pela visão de seus iguais, ele os estilhaça em mil pedaços e, depois, cai em profunda melancolia se jogando ao mar para morrer. Submergido no mar, coincidentemente, ele se encontra dentro de um parque de diversões na cidade inundada de Nova York, mais exatamente diante da Fada Azul, a quem passa a se endereçar com o pedido: “Por favor, faça-me um menino de verdade.”

Passam-se dois mil anos. O planeta Terra é, então, habitado por uma civilização de seres inteligentíssimos e não biológicos que, ao fazerem escavações geológicas na geleira que fora outrora o mar que havia submergido a cidade de Nova York de dois mil anos antes, encontram David, o filho-robô diante da Fada Azul. Ele está congelado em sua súplica eterna para que fosse feito o objeto de desejo da mãe, um filho de verdade, fato que lhe garantiria não se separar nunca da mãe, ser querido por ela para sempre.

Ao ser descongelado, o robô se reanima e caminha até a fada, continuando seu pedido. Nem o tempo, nem o insucesso foram capazes de movê-lo de seu intento. Freud (1924) afirma que as sucessivas frustrações e o tempo fazem a criança desistir. Fato que não ocorre com David, que caminha resoluto para a estátua da Fada Azul ainda repetindo seu pedido. No entanto, ao tentar tocá-la, ela, como estátua que é, se desfaz em pedaços. É a própria inconsistência do Outro que se manifesta nessa cena. Não há um Outro que possa nos garantir a posse eterna da mãe. Esse Outro, enquanto cultura, promove exatamente o contrário, nos salva de nos mantermos escravizados a um desejo caprichoso e sem lei.

Num recurso à fantasia, os seres de então propõem ao filho-robô um dia de sonho no qual ele pudesse viver a experiência que lhe aproovesse. A escolha, naturalmente, recai sobre a mãe. David quer passar vinte e quatro horas sozinho com a mãe, sem a intromissão daquele que o havia arrancado da posição de objeto para a mãe.

No desenrolar de sua fantasia, David acorda ao lado da mãe, como se nada tivesse mudado, que era, de fato, o que queria. Desejava que a sua relação com a mãe não mudasse nunca, que a separação nunca chegasse

para eles. Ele prepara o café da mãe como era antes, faz desenhos mostrando todo o seu amor. Ela lhe faz um bolo de aniversário, comemorando, quem sabe, uma vida eterna juntos. Desejo interditado pelo Édipo ao qual obviamente ele não estava submetido. Nunca desejou nada além da mãe. Depois de passar aquele dia idílico juntos, também juntos vão para a cama e juntos dormem o sono eterno, do jeito que os dois desejaram.

Desde o início a mãe o “ativara” para ter um filho-falo só para si, como vinha escrito nas caixas que transportavam o robô: “A love of your own” – um amor só seu, um amor de sua propriedade, portanto, sem desejo próprio, consequentemente não passível de provocar frustrações e perdas. Pelo lado do filho que, estruturalmente, deseja o desejo do Outro, é assim que se coloca na vida: para sempre filho-falo, fabricado para o usufruto de uma mãe, que tem, desse modo, a eternização de um gozo sem interdito.

Quando dissemos no título deste item: ‘Um filho que fica’, é disso que se trata. Um filho que fica para sempre dentro do desejo da mãe, que não se torna um ser de desejo próprio, mesmo que esse venha do desejo do Outro. David não consegue se apossar da vida e vivê-la num estilo seu. O que não se pode deixar de enfatizar é que o desejo da mãe é que o quis assim. É a mãe que não lhe permitiu saídas. Ele foi criado para ser dela. É exatamente isto que o Édipo vem impedir, que a mãe reintegre o seu produto, que dele tome posse para sempre. Um novo ser humano tem que ser da cultura e não somente daquele que o produziu.

Um filho que sai – Érico Veríssimo

O livro autobiográfico, *Solo de Clarineta* (1974), do famoso escritor brasileiro Érico Veríssimo nos oferece uma oportunidade ímpar de ilustrar a força e perenidade do desejo da mãe na vida de um sujeito. O relato tem o seu início com a infância do autor e é terminado poucas semanas antes de sua morte. Isto faz dele uma fonte rica de informações sobre toda uma vida

registrada nas suas páginas. A relação com a mãe ocupa lugar de destaque nessa autobiografia, uma vez que ele vai, ao longo de sua narrativa, fazendo referências ao que a mãe lhe dizia ou fazia em tal e tal circunstância e de como essas intervenções maternas se mantiveram presentes e operantes por toda a sua vida. Vez por outra, o autor exclama por que não consegue fazer certas coisas ou deixar de fazer outras. Ele fala, portanto, de uma força que continua a atuar em si mesmo, que parece não ser sua e nem passível de ser por ele controlada.

Toda a ambigüidade do discurso materno ao se significar como dependente do pai, toda insatisfação materna a propósito do que deve esperar do pai, poderá deixar espaço para que a criança imaginariamente se coloque no lugar de suplência à satisfação do desejo da mãe. Sabemos que esse desejo é veiculado para o filho na relação mãe-criança, onde a frustração da mãe aparece como pano de fundo de seus ditos e a criança vai, a partir disso, tentar suprir a falta materna se oferecendo como objeto de seu desejo (Joël Dor, 1991).

A esse respeito, Jacques Alain Miller, no livro *Lacan Elucidado*, vai dizer que o determinante para cada sujeito é a relação de sua mãe com sua própria falta: "... a experiência fundamental do sujeito-criança com respeito à mãe é a de seu não-ter, é a da frustração, que Lacan põe como o verdadeiro centro da relação mãe-filho. E ainda que a frustração da criança – ligada à mãe e dependente dela – apareça em primeiro plano, o mais importante é a frustração da mãe como mulher" (Miller, 1997, p. 464).

Seleciono, então, citações que nos vão possibilitar a constatação de tais ocorrências. Também teremos a oportunidade de observar os recursos que Veríssimo vai dispondo para se haver com esse desejo do outro, ao mesmo tempo tão extrínseco e tão intrínseco e de como sua relação com a cultura lhe permitirá, finalmente, sair desse aprisionamento e construir uma vida própria e um estilo.

Comecemos, para esse fim, citando acontecimentos que constituíram-se nas raízes de todas suas atitudes perante a vida. Como ele mesmo afirma na página 319:

“Depois daquela terrível noite de 1922, quando meus pais se separaram, eu saí em busca do Lar Perdido. E *tudo* quanto até hoje tenho feito ou deixado de fazer, *todas* as minhas audácias ou temores, meus avanços ou recuos, a minha fidelidade a certos princípios - têm sido determinados por essa busca no tempo e no espaço.” (grifos meus)

Verríssimo afirma que tudo o que tinha feito na vida até então, tinha sido determinado por uma busca no tempo e no espaço. Busca de que? O que se perdeu? Segundo sua própria citação ele perdera o Lar. Depois da terrível noite de 1922, na qual os pais se separaram, ele passou a ter um “Lar Perdido”, o que provocou essa busca por toda uma vida na tentativa de reavê-lo.

Talvez poucas coisas na vida sejam mais difíceis para o sujeito do que a aceitação de perdas. Sabemos que todas elas se remetem inevitavelmente à perda do objeto fusional, à perda da mãe, e que todas as tentativas posteriores objetivam uma restauração do mundo perdido. Que é, afinal, do que fala o autor, metaforicamente, em *Solo de Clarineta*.

No que tange ao pai, Veríssimo, desde o princípio do livro, se refere a ele com admiração. Admiração pelo seu bom humor, pelo seus modos sedutores e por sua enorme alegria de viver. Do outro lado vem a mãe, preocupada e triste, tomada constantemente pelos afazeres domésticos e obrigações. Ao longo da narrativa o autor deixa sempre entrever sua compaixão por ela. Exaurida pelo trabalho incessante, tendo um marido irresponsável e bon-vivant que a fazia sofrer com o seu comportamento irresponsável.

A interpretação que a criança faz da situação do casal é de que, o pai, por ser como era, fazia a mãe sofrer e que, portanto, ter características como as do pai era motivo de seu sofrimento. Ser ele próprio um causador do sofrer materno era o que menos queria na vida e portanto, faria tudo, sempre,

para ser diferente do pai. Dessa forma estavam assentadas as bases para que Veríssimo tentasse responder ao desejo da mãe, uma vez que este já estava detectado.

Deste desejo ele vai falar em uma passagem na página 21 afirmando que “desconfia” que estava, aos 53 anos de idade, ainda ferrenhamente empenhado em provar à mãe que não era igual ao pai, ou seja, nesta idade ele confessa **ainda** estar tentando **não ser o pai**.

“Muitas vezes estendido num sofá, depois de passar várias horas na vã tentativa de entrar em Santa Fé e no Sobrado, eu ficava a pensar *outra vez no tempo* que se arrastava e se perdia para sempre, e chegava a senti-lo de forma concreta como um peso sobre o peito. [Não nos esqueçamos de que Veríssimo teve depois um enfarte!] Era nesses *momentos* opacos que me vinha a impressão de *ter passado a vida inteira à sombra ameaçadora de um relógio, símbolo talvez da autoridade paterna, a qual no meu caso particular fora exercida por minha mãe*. (“Acorda, vadio, está na *hora* de ir pra escola! – “Pula dessa cama, são oito horas, se chegas *tarde* ao banco podes perder o emprego!”) Meu superego fizera-se zelador do relógio, era o *cronometrador* implacável de minhas atividades. Marcava-me sempre tarefas dentro de *prazos* rígidos, incitava-me ao “cumprimento do dever. Desconfio que estava *ainda* ferrenhamente empenhado em provar a minha mãe que eu não era como o meu pai, o amável, leviano, boêmio *intemporal*, que nunca olhava para o relógio nem pensava no *vencimento* das duplicatas da farmácia...” (grifos meus).

O autor usa repetidamente o termo tempo sob muitas formas: outra vez, passado a vida inteira, relógio, cronometrador, prazos rígidos, está na hora, chegar atrasado, ainda, intemporal, vencimento... - como símbolos de sua sujeição a autoridade exercida pela mãe (a pena e culpa que sentia o enfraquecia diante desta mãe, e passava, então, a fazer tudo para sustentar seu desejo, tentando se colocar como tamponamento de sua falta). A relação que se estabelece é: relógio (tempo) = cumprimento do dever (sujeição ao

desejo da mãe) = ser diferente do pai que nunca olhava para relógios. É o próprio Veríssimo que afirma “ter passado a *vida inteira* à sombra ameaçadora de um relógio”, o qual ele mesmo diz simbolizar a autoridade exercida pela mãe.

O autor, quando criança, aprende a ver o pai não só como “o amável e leviano mas, o boêmio intemporal que nunca olhava o relógio” (o pai não obedecia o tempo, portanto, ele tinha que obedecer para não magoar a mãe), nem pensava no vencimento (tempo de novo!) das duplicatas (o pai não cumpria seu dever, por isso Veríssimo se impôs a obrigação de compensar esta falha paterna sendo sempre cumpridor fiel de todos os deveres que lhe eram impostos).

Na página 89, Érico Veríssimo nos fala de sua divisão entre o que era seu interior e a máscara externa da qual ele jamais conseguira até aquele momento se livrar.

“Quero exprimir o meu contentamento sorrindo, mas imagino a minha própria cara no momento em que tento manifestar esses sentimentos - e isso me desconcerta. Algo existe de errado nos meus músculos faciais que me torna difícil rir de maneira aberta, franca, natural. Sei que minha expressão fisionômica habitual *dá uma idéia errônea de meu temperamento*. Por causa de minha *aparente* sisudez muita gente imagina que sou um homem austero. Preciso “concertar” com a maior urgência *esta face que herdei de minha mãe*. (Ó Sebastião, [o pai] onde estás que não me vens ajudar? Sei que terias facilmente as palavras, os gestos, os sorrisos, a simpatia com que eu poderia manifestar minha gratidão e minha afeição para com esta afetuosa gente portuguesa!) (grifos meus).

Ao chamar sua sisudez de “aparente”, confessa que não é sisudo. Ao dizer que muita gente “imagina” que ele seja um homem austero e que sua expressão fisionômica dá uma “idéia errônea” de seu temperamento, está confessando que o que parece ser, não o é de fato. Acaba afirmando que aquela face que não era a sua, ele a herdara de sua mãe.

Quando ao fim da citação, clama ao pai, na verdade, fala daquilo que do pai não pode herdar: a simpatia, as palavras, os gestos e acima de tudo a capacidade de manifestar sentimentos. Mas, e isso é muito significativo, ele diz que precisa “concertar” com urgência esta face. Ele parece se dar conta de que precisa sair desse aprisionamento, de que talvez algo possa ser feito.

A psicanálise tem como um dos seus princípios que o tratamento de males da alma se dá pelo falar (escrever, criar...). Podemos dizer que é esse o caminho percorrido por Veríssimo. Ao fim de sua vida e obra ele demonstra ter “desregulado” o relógio do “dever-ser”, como ele mesmo afirma na página 323: “O relógio e o calendário às vezes me parecem desregulados”. Finalmente ele consegue, e, como ele mesmo diz, graças a sua obra artística e biológica: “Só posso marcar as minhas épocas pelos livros que escrevi, pelos netos que nasceram.” Vejam só! Um novo jeito de marcar o tempo!

Érico Veríssimo consegue, ao se valer do que a cultura lhe oferece, escapar da sujeição radical ao desejo de um (a mãe), para se colocar como mais um no mundo e incluir outros desejos. Como se encontra muito bem expresso por ele mesmo:

“O importante é que um dia despertei para a mais doce das realidades: a de que tinha encontrado o Lar Perdido, uma busca da casa e do pai perdidos. Ali estava a casa. Os quadros, os móveis, o aspecto geral, a gente que a visita, os amigos, os visitantes inesperados. E o pai. Também isso, esse problema estava resolvido. Em ‘O Arquipélago’ eu tinha feito as pazes no diálogo entre Floriano e Rodrigo Cambará. E agora eu descobria que me havia tornado o pai de mim mesmo. Não se trata apenas dum jogo de linguagem. Então dei a busca por terminada. Isso significa que não preciso depender de ninguém para o meu sustento, seja material ou espiritual.”

O que Veríssimo alcança pela sua produção, pelo seu deslocamento em direção ao Pai (a cultura), é a construção de um estilo que se manifesta em sua vida, na qual consegue, segundo ele mesmo, criar o “seu Paraíso Perdido”. Ele também afirma ter se tornado responsável e capaz de cuidar da

própria existência e bem estar, se sustentando - física e psicologicamente – por si mesmo e pelo que descobriu ser. Pois, em se valendo dos bens culturais, conseguiu construir uma existência para além do que lhe apontava o desejo materno. Ele fez as pazes com o pai e escapou da prisão do desejo da mãe. Segundo ele, achou seu Lar Perdido na casa que passou a vida construindo e nos amigos que conseguiu conquistar com seus atributos de homem e escritor.

5. Considerações Finais

O desamparo humano já é mencionado por Freud nos seus escritos pré-psicanalíticos. No texto “Projeto para uma Psicologia Científica” (1895), ele fala da experiência de satisfação, que requer que seja produzido um resultado alivante de uma alteração interna provocada por um estímulo. No entanto, diz ele, este resultado só se dará por uma alteração no mundo externo, fornecimento de comida, no caso de fome, por exemplo, ou quaisquer outros cuidados dos quais o organismo humano necessita e não pode prover-se, e isto só será possível por uma *ajuda alheia* (grifos do autor). Com isto Freud coloca a idéia da extrema dependência que o pequeno humano tem do adulto que dele cuida e surpreendentemente, afirma que “o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais” (Ibid., p. 431).

É esta mesma concepção que têm os diversos autores que citamos como Thêmis Winter (1997), que afirma que o bebê humano, no seu desamparo total ao nascer, por ser ainda prematuro e despreparado para cuidar de si, precisa de cuidados do mundo que o cerca, sem os quais não sobreviveria. Podemos acrescentar que esses cuidados não serão somente da ordem do biológico mas também da ordem do simbólico. Ele será alimentado, higienizado, aquecido, carregado, mas também deverá ser olhado, percebido, afagado, desejado pelo outro. Deverá ser falado, deverá ser colocado no circuito do desejo da mãe para existir para alguém antes de poder existir para si mesmo. Nas palavras de Raquel Cabral de Mesquita (2000):

“É a partir do Outro que o desejo aparece, pois o desejo é desejo do Outro, e é através da pergunta sobre o desejo do Outro que aparece a pergunta sobre o desejo próprio: “Che vuoi” – o que o Outro deseja de mim? O que quer? O que sou? Sendo o Outro que pulsiona o viver, o aprender e o desejar, cabe ao sujeito apossar-se da vida, do conhecimento e do desejo, tornando-se sujeito de desejo.”

Podemos, assim, dizer que o filhote do homem, por seu estado de

prematuridade neuro-anatomo-fisiológica que o impossibilita de sobreviver por si, necessita encontrar, ao nascer, um mundo que o acolha e dele tome conta até uma idade em que possa fazê-lo. Para o ser humano é a cultura que vai ter esse papel através da mãe e do pai. Dentro da instituição familiar se desenvolverão duas funções que darão à criança a possibilidade de sobreviver e entrar na cultura, a materna e a paterna.

A função materna está ligada à dependência vital da criança em relação ao Outro. É a função que supre suas necessidades vitais e amorosas. “É, portanto, pela relação mãe-criança, na qual a mãe ocupa a função do Outro Absoluto e provê o filho de alimentos, amor e palavras, que se instaurará nele o campo simbólico.” (Sobrinho, 1998). No dicionário *Aurélio* a palavra “absoluto” é definida como o que não depende de outrem ou de qualquer outra coisa; ilimitado; sem restrições; infinito; poder total; não sujeito a condições; único; seguro; firme; que não admite contradição; incontestável; verdade total; pleno; completo; o que existe por si e/ou em si. A existência do primeiro Outro na vida do bebê se dá sob a forma da mãe, definida por Lacan como Outro Absoluto e por Winnicott como a mãe-ambiente.

A função paterna é a que vai distanciar a criança desse Outro Absoluto, também chamado Outro Primordial que é Todo-Poderoso, que tudo sabe e que tudo pode. Numa sociedade androcêntrica o pai simbolizaria a retirada da criança do seio materno, da dependência total do Outro, desse Outro que por cuidar dela tem sobre ela total poder, podendo colocá-la como objeto de gozo, tentando reaver o falo perdido.

Porém, a criança somente terá acesso à função paterna se o Outro Primordial, da função materna, portanto, desejar algo fora da relação com a criança. Este “algo mais fora da célula narcísica” seria o que chamamos de cultura. Nesse movimento a criança troca a mãe pelo pai, sai da função de dependência para a busca da independência, tendo aí a possibilidade da construção de uma autonomia relativa, pela possibilidade do acesso a significar algo no Outro da cultura e poder usufruir do que foi construído pela civilização.

O movimento desejan­te do Outro primordial para fora do par mãe-criança provoca duas conseqüências: primeiro, a criança percebe que a mãe não é todo-poderosa, ela também é castrada; segundo, a criança se volta para o pai (cultura) e começa a construir seu significado no mundo e não fica mais restrita à dependência da mãe. No Outro da cultura descobre uma fonte inesgotável da qual vai beber.

Essa passagem do Desejo da Mãe para o Nome-do-Pai é o que Lacan vai chamar de Metáfora Paterna e Freud de complexo de Édipo ou castração. Pode-se dizer do Édipo que é uma passagem na qual o ser humano que nasce e deve ser protegido, paulatinamente deve ser introduzido no mundo com sua incompletude. Assim podemos dizer que a cultura provê acolhimento mas também separação, pois este é o percurso que o bebê tem que seguir para se constituir humano. Na psicanálise, a forma de cada sujeito reagir à esta separação determina sua estrutura psíquica que se posicionará em neurose, psicose ou perversão. As estruturas psíquicas são formas de existência do sujeito, formas dentro das quais estará sempre respondendo aos desafios da vida.

“Winnicott teoriza a respeito do desenvolvimento humano a partir do seguinte paradigma: o bebê no colo da mãe. Nesta visão o relacionamento mãe-bebê é considerado o alicerce para a constituição do psiquismo.” (Klautau, 2002, p. 34). Desta forma, o desenvolvimento humano se dá na medida em que a criança vai do estado de dependência absoluta, passando pelo da dependência relativa e rumo à independência – tendo sido constituída a capacidade de se diferenciar do objeto e, portanto, de perceber a realidade como externa e diferente do eu – o objeto adquire autonomia podendo, então, ser usado. (Ibid., p. 34)

Winnicott e Lacan “elaboram suas teorias acerca da constituição da subjetividade em momentos distintos: enquanto Winnicott toma como ponto de partida a relação de dependência física e psíquica do bebê em relação ao ambiente, Lacan parte da relação de dependência do bebê em relação à mãe inscrita pela linguagem.” (Ibid., p. 16). Estes são dois diferentes pontos de

partida que cada um utiliza para definir o sujeito em constituição, muito embora cada qual admita a construção da subjetividade se efetuando no contexto da relação do bebê com o outro materno – primeira forma de alteridade com a qual o bebê se relaciona.

Winnicott (1958) discorre longamente sobre a relação visceral com esta mãe que é, no princípio, “um” com o bebê e, depois, se torna a primeira forma de alteridade, ou seja, ela é o cuidado total e depois a possibilidade de separação. Ele afirma que somente uma mãe num estado regressivo de identificação à criança, a “preocupação materna primária”, poderá sentir-se na pele do bebê para, assim, poder atender às suas necessidades. Prossegue dizendo que as necessidades corporais vão sendo transformadas em necessidades do ego, quando “começa a surgir uma psicologia a partir da elaboração imaginativa das experiências físicas. Surge então uma relacionabilidade egóica entre a mãe e o bebê, da qual a mãe se recupera, e a partir da qual o bebê pode vir a construir a idéia de que a mãe é uma pessoa”.

Este “reconhecimento” da mãe como uma pessoa pode ocorrer de modo positivo, ou seja, não permeado pelo excesso de frustrações, representadas pelas falhas da mãe em adaptar-se nos primeiros momentos às necessidades do bebê, produzindo nele uma ameaça de aniquilamento. Como ele mesmo afirma, “as falhas não são percebidas como falhas da mãe, mas como ameaças à existência pessoal” (Ibid., p. 28).

No entanto, a mãe como a que introduz a alteridade se fará presente pelo não atendimento gradual das necessidades, ao que Winnicott chamará de cuidado negativo, e é o que permitirá ao bebê a vivência da frustração imposta por uma realidade externa, frustração que o levará à percepção dos objetos externos como diferentes de si mesmo. É o começo da separação eu/não-eu e, portanto, da diferenciação que o pequeno humano vai ter que realizar.

Dissemos que no princípio não é desejável que hajam falhas pela possibilidade de ameaça de aniquilamento e de morte que elas comportam, mas, paradoxalmente são as falhas maternas que paulatinamente produzem “fases de reação à intrusão” que, sem excesso, levarão o bebê à “confiança na

recuperação, algo que irá levar o ego a tornar-se capaz de lidar com a frustração”.

Podemos dizer, a partir destas afirmações, que o excesso de intrusão, de excitações às quais o bebê não pode responder, provocará o que Winnicott chama de interrupções no “continuar a ser” do bebê, que o levaria à ameaça de aniquilamento e não à construção de uma confiança na recuperação. Isto nos faz pensar a mãe Netsilik como aquela que, pelo tipo de cuidado que oferece, exerce mais adequadamente a função de pára-excitadora, por estar numa proximidade física muito grande do bebê, podendo protegê-lo melhor, no começo, do excesso de estímulos. Nos parece que esse modelo de cultura fornece ao bebê uma passagem da fase parasitária da vida intra-uterina para um outro ambiente mais contínua e sem violências desnecessárias, já que algumas são inevitáveis.

Pensamos que o fato do recém-nascido poder desfrutar do corpo da mãe tão próximo, ainda por mais algum tempo depois do nascimento, que não é qualquer tempo mas um tempo em que seu corpo ainda se encontra em um estado de fetalização, ao qual só ultrapassará com mais ou menos nove meses de nascido, deve produzir conseqüências não desprezíveis na vivência das experiências deste período. O corpo da mãe com o do bebê encostado ao seu, vai provê-lo de calor, cheiro, som (batimentos cardíacos) e comunicação via pele. Quando o bebê Netsilik tem fome ele suga a pele das costas da mãe, que então lhe dará o peito para se saciar. O bebê de nossa cultura chora quando quer mamar e, se a mãe consegue adivinhar, lhe dará comida e não outra coisa (quem sabe o bebê sentiu fome fora do horário certo, então não é fome, deve ser outra coisa!).

É o período de extergestação que os cuidados da mãe Netsilik vão contemplar proporcionando, a nosso ver, um cuidado muito mais adequado às necessidades do bebê, ditadas pela sua condição ainda fetalizada, que eles, mesmo sem o saber, parecem levar em conta.

Perguntamo-nos: será que conseqüências teriam para a formação do psiquismo humano o fato de ter sido tratado durante os nove primeiros

meses de sua vida como se fosse um humano completo, sendo que sua incompletude fetal não foi devidamente levada em conta? Não estaria também neste fato a origem de sensações de vazio e angústia indizíveis que nos relatam no consultório e que presenciamos no dia-a-dia?

Os dados da pesquisa sobre o povo Netsilik nos falam de um povo com uma reação de tranqüilidade perante os perigos, de uma cultura com traços acentuados de amistosidade e não rivalitária, enquanto com os Mundugumor há a predominância de atos agressivos. Teria o modo de maternar uma influência significativa sobre tais comportamentos e tais modos de existir?

Muitas questões foram suscitadas por essa pesquisa. Sem dúvida, também algumas respostas alcançadas no nível pessoal, mas acima de tudo, permanece a vontade de prosseguir, sabendo que sempre, muito mais pode advir de um estudo comprometido com o desejo.

6. Bibliografia

- ANDRÉ, Jacques. *As Origens Femininas da Sexualidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1996.
- BLEICHMAR, Hugo. *Introdução ao Estudo das Perversões – Teoria do Édipo em Freud e Lacan*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.
- BROUSSE, Marie-Hélène. *La Relation Mère-enfant*. Thèse pour le Doctorat. Département de Psycanalyse – Université de Paris VIII, 1991.
- CHEMAMA, Roland. *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- DOR, Joël. *O Pai e sua Função em Psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.
- FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. 24 vols. Rio de Janeiro, Imago, 1996. (ESB):
- _____ “Projeto para uma Psicologia Científica”, (1895) ESB, vol I.
- _____ “Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade”, (1905) ESB, vol. VII.
- _____ “Sobre as Teorias Sexuais Infantis”, (1908) ESB, vol. IX
- _____ “Romances Familiares”, (1909 [1908]) ESB, vol. IX
- _____ “Totem e Tabu”, (1913 [1912 – 13]), ESB, vol. XIII
- _____ “Sobre o Narcisismo: Uma Introdução”. (1914) ESB, vol. XIV
- _____ “Psicologia de Grupo Análise do Ego”, (1921) ESB vol. XVIII

- _____ “O Ego e o Superego (Ideal do Ego), (1923) ESB, vol. XIX.
- _____ “A Dissolução do Complexo de Édipo”, (1924) ESB, vol. XIX.
- _____ “Algumas Conseqüências Psíquicas da Distinção Anatômica Entre os Sexos, (1925) ESB, vol. XIX
- _____ “Inibições, Sintomas e Ansiedade” (1926 [1925]) ESB vol. XX
- KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1969.
- KEHL, Maria Rita. *Função Fraterna*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.
- KLAUTAU, Perla. *Encontros e desencontros entre Winnicott e Lacan*. São Paulo, Escuta, 2002.
- KREISLER, Léon. *A Nova Criança da Desordem Psicossomática*. Casa do Psicólogo, São Paulo, 1999.
- LAURENT, Éric. *As Paixões do Ser*. Salvador – Bahia, publicação da Escola Brasileira de Psicanálise e do Instituto de Psicanálise da Bahia. 2000.
- LACAN, Jacques. *Os Complexos Familiares*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- _____ “O Estádio do Espelho como Formador da Função do Eu”. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ “De uma Questão Preliminar a Todo Tratamento Possível da Psicose”. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ O Seminário, Livro IV, *A Relação de Objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- _____ O Seminário, Livro V, *As Formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

- LACHAUD, Denise. *Ciúmes*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.
- LEITE, Márcio Peter de Souza. *A Negação da Falta: Cinco Seminários Sobre Lacan Para Analistas Kleinianos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.
- LOPES, Maria Helena de Freitas. *Conceito de Amor em Psicanálise*. São Paulo Hacker Editores, 1997.
- MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1988.
- MEICHES, Mauro Pergaminik. *A Travessia do Trágico em Psicanálise*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
- MESQUITA, Raquel Cabral. "O Desejo da Mãe como Obstáculo ao Ato de Aprender". *Almanaque de Psicanálise e Saúde Mental*. Belo Horizonte, IPSM-MG, ano 03, número 05, novembro de 2000.
- MILLER, Jacques Alain. *Lacan Elucidado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- MONTAGU, Ashley. *Tocar - o Significado Humano da Pele*. São Paulo, Summus Editorial Ltda, 1988.
- NASIO, Juan David. *Lições Sobre Os Sete Conceitos Cruciais da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda, 1989.
- _____. *Psicossomática – As Formações do Objeto a*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993.
- NOSEK, Leopold. "Doutor Freud vem aí". *Revista Veja* -5 de julho de 2000, p. 15. Ed. Abril, São Paulo.
- PUJÓ, Mário. *Idéias de Lacan*. São Paulo, Editora Iluminuras Ltda, 2001.
- ROUDINESCO, Elisabeth. PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- SILVA, Maria Helena de Barros. *A Paixão Silenciosa*. São Paulo, Escuta, 2002.

- SOBRINHO, Oscar Rossin. *A Clínica da Psicose*. Aurélio de Andrade Souza Filho... [et al.]; Durval Chechinato (coord) – Campinas, SP: Papirus, 1988. 2a ed.
- SPITZ, René A. *O Primeiro Ano de Vida*. - 2a ed. - São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- STEFFEN, Regina. A Tópica do Imaginário. In: *A Clínica da Psicose*. Aurélio de Andrade Souza Filho... [et al.]; Durval Chechinato (coord) - Campinas, SP, Papirus, 1988. 2ª ed.
- VERÍSSIMO, Érico. *Solo de Clarineta – Memórias*. Porto Alegre, Globo, 1974.
- WINNICOTT, D. W. *O Brincar e a Realidade*. (1971) Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda, 1975.
- _____ *Os Bebês e suas Mães*. (1987) – 2a ed. – São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- _____ *Da Pediatria à Psicanálise*. (1958) Rio de Janeiro, Imago, 2000.
- WINTER, Themis Regina. *O Enigma da Doença*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.

FILME

SPIELBERG, Steven. “Inteligência Artificial”. 2001

A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DA MÃE NA VIDA DO BEBÊ NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE VIDA

Que influência têm os cuidados maternos dedicados ao bebê nos primeiros meses de vida no futuro modo de ser e de viver do adulto? Esta é uma das grandes questões da psicanálise contemporânea.

Sim, para a psicanálise esta relação com a mãe dará as origens da forma como cada um se vê, se sente e convive com o mundo. Dará as bases da relação que o ser humano terá consigo mesmo e com o mundo

Segundo Lacan, grande teórico francês, o ser humano, no seu crescimento biológico e psíquico infantil, passa, exatamente nos seus primeiros seis meses de vida, por um complexo que ele chama de “desmame”. Não estamos aqui falando do fim do aleitamento. Este desmame ao qual ele se refere trata-se de algo muito mais radical que é o desmame do corpo da mãe, é a perda da vida intra-uterina.

O trauma e o desafio de passar a existir num mundo em que deverá respirar, sugar o alimento, enfim começar a ter que fazer algo para sobreviver e não mais obter tudo da mãe é de proporções gigantescas, embora não nos demos conta disto, existem grandes conquistas a serem alcançadas nessa etapa e a mãe é a pessoa mais capacitada para ajudar nessa passagem.

A presença da mãe junto ao bebê desde o seu nascimento é algo tão radical, de uma necessidade tão absoluta que Winnicott vai dizer que “Não existe isso que chamam de bebê. O que quero dizer, naturalmente, é que sempre que vemos um bebê vemos também um cuidado materno, e sem o cuidado não haveria bebê.” (Winnicott, 1958, p. 40).

A mãe vai aparecer primeiramente para o bebê como o ambiente que o acolhe, sinônimo dos cuidados maternos. Seu desenvolvimento emocional parte desta condição chamada por Winnicott de estágio de dependência absoluta. Na medida em que o bebê vai se tornando cada vez mais capaz de viver sem a dependência direta desses cuidados, ele vai

atingindo o estágio de dependência relativa, indo rumo à independência. (Klautau, 2002)

Esse primeiro estágio da existência do bebê – o de dependência absoluta – com suas especificidades é definido pelo termo *díade*, criado pelo sociólogo George Simmel, e depois retomado por Spitz, para descrever a relação mãe-bebê em sua *fase pré-verbal*. Esse termo quer dizer **um** par, **um** grupo de dois, ou seja, a relação mãe-bebê é vista como uma unidade composta de dois elementos. Pensamos, assim, em termos de algo que só se completa com a participação de dois e que não pode ser pensado a partir de só um de seus elementos. A *díade* não existe sem dois. A *díade* sequer pode existir sem um de seus dois elementos, por definição. *Nessa fase, não se pode pensar o bebê sem a mãe.*

Leon Kreisler, em seu livro *A Nova Criança da Desordem Psicossomática* (1999), também desenvolve a mesma perspectiva. Ele vê a relação em termos de um conjunto que engloba dois elementos, dois pólos: por um lado a mãe e, por outro, o bebê. Por isso mesmo vai dizer que *os distúrbios funcionais do bebê, por exemplo, só podem ser compreendidos no âmbito dessa entidade, desse conjunto.*

É importante marcar que o funcionamento que Spitz vai chamar de *cenestésico* - equilíbrio, tensões (musculares e outras), posturas, temperatura, vibrações, contatos, ritmo, andamento... – *é o único percebido pela criança no nascimento*. É, portanto o funcionamento que vai atingi-la e, por isso, adquire um valor fundamental. A mãe, ao se aproximar do parto vai sendo preparada com uma acuidade de percepção *cenestésica* que não teria usualmente e que a deixará apta a perceber sinais que a nós escapariam normalmente. A mãe reage à criança de forma inconsciente emitindo sinais que, percebidos pelo bebê, operarão nele uma modelagem imperceptível. Por isso, pode-se dizer que a criança, desde muito cedo, está em contato com o inconsciente de sua mãe, e percebe a qualidade do clima afetivo que lhe é dispensado por uma mãe satisfeita, que estaria oferecendo, desta forma, “grande riqueza de

estímulos e de informações ao seu bebê exatamente no domínio em que ele está apto a receber.” (Kreislér, 1999, p. 28).

A criança, por possuir um psiquismo ainda embrionário, não tem sua estrutura definida nem a capacidade de integrar psicologicamente estados de tensão. Aqui se faz necessário a presença da mãe, que a ajudará a se organizar, evitando, assim, estados de sofrimento. Kreislér vai afirmar que: à mãe cabe “ser a depositária de funções ainda não adquiridas pela criança, quer elas sejam psicológicas ou somáticas.”, e um pouco mais adiante, “... em condições ótimas, a mãe acalma as tensões interiores, permite à criança retornar àquele estado de quietude a que os psicanalistas deram o nome de narcisismo primário” (Ibid, p. 33).

Podemos, depois dessa digressão, reafirmarmos a prevalência da atitude subjetiva da mãe em comparação com a importância objetiva de certos cuidados dos quais a criança precisa. Da mesma forma que Freud (1905) afirma a influência da mãe sobre a constituição da futura sexualidade do filho, Winnicott, citado por Kreislér (1999), vai, a esse mesmo respeito, se manifestar dizendo que “*a criança pequena só se completa através da existência de sua mãe, e o modo de ser desta última é essencial para o futuro do filho*” (Ibid, p. 35).

Se essa relação tão íntima, chegando às raízes do visceral, é a própria condição para que a criança sobreviva e se desenvolva, como seria o trauma de perdê-la? O processo de desmame, ou seja, de como uma criança num *vida ainda simbiótico* com a mãe vai, paulatinamente, dela sendo afastada, constituindo uma nova forma de existir, num novo nível, sem a dependência tão absoluta de uma outra pessoa, fonte de todo o recurso, que é a mãe nos primeiros meses de vida.

Num modo de vida ainda simbiótico, sim, uma vez que o bebê humano nasce ainda em estado de pré-maturidade se comparado aos outros mamíferos aqui falar sobre o processo de maternagem e comparar rapidamente os Netsilik e os Mundugumor com os resultados na maneira de ser de uma cultura que o tipo de maternagem gera.